



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito / Relações Internacionais

CLARA CÉCCI NUNES SILVA

**O OCIDENTE-CENTRISMO E A ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DAS
VISÕES DOS ACADÊMICOS CHINESES E ESTADUNIDENSES**

Brasília - DF

2020

CLARA CÉCCI NUNES SILVA

**O OCIDENTE-CENTRISMO E A ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DAS
VISÕES DOS ACADÊMICOS CHINESES E ESTADUNIDENSES**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
/ Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Frederico Seixas Dias

Brasília - DF
2020

CLARA CÉCCI NUNES SILVA

**O OCIDENTE-CENTRISMO E A ASCENSÃO CHINESA: UMA ANÁLISE DAS
VISÕES DOS ACADÊMICOS CHINESES E ESTADUNIDENSES**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
/ Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Frederico Seixas Dias

Brasília, _____ de _____ de 2020

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Frederico Seixas Dias
Examinador/Orientador

Prof. Dr. Raphael Spode
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus (pai, filho e espírito santo) por me dar a sabedoria necessária para enfrentar os diversos desafios e nunca me faltar saúde.

Agradeço também a minha mãe, pai, irmã e avó que me deram o apoio emocional primordial para minha caminhada firme dentro e fora do ambiente acadêmico.

Ao meu orientador Frederico Seixas Dias, que me proporcionou o conhecimento intelectual para minha formação, por sua confiança e a verdadeiramente me incentivar a dar o meu melhor em tudo o que for realizar.

Aos professores do curso de Relações Internacionais que me deram a base e as instruções necessárias para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e individual.

E finalmente aos meus amigos, que sempre me apoiaram e me incentivaram em toda minha jornada acadêmica.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - O OCIDENTE-CENTRISMO E AS PERSPECTIVAS DE SE PENSAR A DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	9
1.1 - Colonialismo e eurocentrismo.....	9
1.2 - Estado Unidos e o <i>Mainstream</i> das Relações Internacionais.....	12
1.3 - Uma RI Não-Occidental?.....	17
1.4 - Uma Teoria das Relações Internacionais chinesa.....	19
1.5 - A localização geográfica importa?.....	21
CAPÍTULO 2 – <i>POWER TRANSITION</i> E OS PRINCIPAIS DEBATES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA.....	24
2.1 - Modernização e ascensão chinesa.....	24
2.2 - Principais debates.....	27
2.3 - Uma terceira categoria, construtivista, visualizada na Teoria da Transição de poder?.....	34
2.4 - Uma visão puramente ocidental?.....	40
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS.....	42
3.1 - Visão dos autores por nacionalidade.....	42
3.2 - Visão dos autores por nacionalidade acadêmica.....	46
3.3 - Um panorama geral.....	49
3.4 - Análise das categorias em relação aos anos - 2010 a 2020.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE – Lista de autores utilizados na análise.....	68

RESUMO

A chegada de uma possível transição de poder entre Estados Unidos e China trouxe um ambiente de incertezas e turbulência. Faz-se importante o estudo do posicionamento de ambos países, quanto a ascendente presença chinesa no ordenamento internacional e possível obtenção da hegemonia sobre a região asiática, uma vez que a China tem desempenhado uma diversidade de papéis na política internacional e governança global. Observando, para isso, o ocidente-centrismo nas Relações Internacionais e utilizando as categorias de contenção, integração e socialização para análise das principais visões e dos anos, de 2010 a 2020, em que os autores, estadunidenses e chineses, publicaram nas revistas, selecionadas, da área - *Chinese Journal of international politics*, *Journal of China and International Relations*, *China Quarterly of International Strategic Studies*, *International Security*, *Foreign Affairs* e *International Affairs*.

Palavras-chave: Ascensão chinesa; contenção; integração; socialização; acadêmicos; ocidentalismo; Estados Unidos.

ABSTRACT

The arrival of a possible power transition between the United States and China brought an environment of uncertainty and turbulence. It is important to study the positioning of both countries, regarding the ascending Chinese presence in the international order and possible attainment of hegemony over the Asian region, since China has played a diversity of roles in international politics and global governance. Observing, for this purpose, the West-Centrism in International Relations and using the categories of containment, integration and socialization to analyze the main visions and the years, from 2010 to 2020, in which the authors, American and Chinese, published in the selected magazines from the area - Chinese Journal of international politics, Journal of China and International Relations, China Quarterly of International Strategic Studies, International Security and Foreign Affairs International Affairs.

Key Word: Chinese rise; containment; engagement; socialization; academics; westernism; United States.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990 a China tem crescido consideravelmente aproximando cada vez mais da possibilidade de paridade com os Estados Unidos. A ascensão de Xi Jinping ao poder em 2013 trouxe inúmeras críticas por considerarem suas ações mais assertivas e de certa forma ameaçadoras, desta maneira os estudos acerca da ascensão chinesa e seu impacto ao ordenamento internacional liderado pelos Estados Unidos tiveram destaque na disciplina de Relações Internacionais.

O estudo de Segurança Internacional sempre teve grande relevância entre os acadêmicos de Relações Internacionais, tendo em vista ainda a forte relevância do Estado como ator essencial do sistema internacional (SMOUTS, 2004). Todavia, a compreensão da temática - ascensão chinesa – ganha complexidade visto que os estudos de segurança possuem fraqueza e pontos cegos, por ter um viés ocidental (DORIA; PAUTASSO; LEITE, 2017), o que torna a disciplina de Relações Internacionais paroquial.

Por se tratar da ascensão de um grande poder o qual compete frente aos Estados Unidos, podendo evoluir a um conflito de maior dimensão e enfrentamento direto, tal tema se mostra extremamente importante mundialmente, uma vez que a relação entre China e Estados Unidos afeta todos os outros atores do sistema internacional. A guerra sempre teve um papel fundamental na história da humanidade, por meio dela houve transformações sociais que levaram a ascensão e quedas de impérios. Não obstante, as crescentes tensões entre os países podem engrenar em um confronto bélico, afetando a sociedade como um todo. Como é visualizado ao longo dos anos, as guerras em suma resultam em crises econômica, política e humanitária gerando consequências sociais drásticas.

Sabendo disso, esse trabalho visa, então, contribuir com os estudos das relações internacionais, na medida em que, diferente dos outros, busca entender as análises dos acadêmicos chineses e estadunidenses frente o desenvolvimento da China, uma vez que a percepção destes influenciam ou moldam as ações dos *policymakers*. A maioria dos textos - como de: Avery Goldstein - *Power transitions, institutions, and China's rise in East Asia: Theoretical expectations and evidence*; John G. Ikenberry - *Why the liberal world order will survive*; David Lai - *The United States and China in power transition* e John J. Mearsheimer - *Can China rise peacefully?* - acerca da ascensão da China possibilitam identificar a falta de trabalhos, na academia, cujas análises sistematizem como os acadêmicos, principalmente os chineses e não apenas os do ocidente, enxergam a ascensão.

O cerne da análise é entender em que medida os principais acadêmicos chineses e estadunidenses percebem as políticas de Xi Jinping como um projeto hegemônico para a região. Tendo como objetivo, realizar uma atualização à pesquisa, “A ascensão chinesa e a hegemonia norte-americana: contenção e integração na análise das Relações Internacionais contemporâneas”, da egressa do nosso curso de Relações Internacionais - Juliana Ribeiro Costa, que realizou um estudo com o mesmo objetivo em mente: compreender o posicionamento dos Estados Unidos e China, quanto a ascendente presença chinesa no ordenamento internacional e possível obtenção da hegemonia sobre a região asiática.

É esperado que a pesquisa contribua para o entendimento de uma visão menos ocidentalizada, mas propriamente chinesa a respeito da ascensão do país. Buscando analisar a respeito da necessidade de uma maior diversidade teórica para se estudar as relações internacionais, tendo em vista as peculiaridades culturais, sociais e históricas de cada país e não apenas considerando uma única perspectiva europeia e estadunidense.

Para tal, inicialmente será retratado o ocidente-centrismo nas principais perspectivas das Relações Internacionais, abarcando as questões de colonialismo e eurocentrismo, o *mainstream* das Relações Internacionais e como se sucede o desenvolvimento de uma Teoria de Relações Internacionais não-ocidental. Em seguida abordar-se-á acerca da sucessiva modernização e ascensão da China, os principais debates aos quais se destacam as categorias de análises da visão dos acadêmicos chineses e estadunidenses e por fim, é feita uma análise de dados com estes autores em relação às categorias (contenção, integração e Socialização), às nacionalidade acadêmicas e de nascimento e os anos (2010-2020) em que publicaram a respeito do tema.

1 – O OCIDENTE-CENTRISMO E AS PERSPECTIVAS DE SE PENSAR A DISCIPLINA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este primeiro capítulo esboça a crítica às Relações Internacionais convencional, em que há a presença dominante ocidental, destacando principalmente a influência dos Estado Unidos como norteador da disciplina. Os debates em análise recaem sobre os discursos ocidentais e não-ocidentais, a fim de fomentar as diferentes visões dado a diversidade cultural, linguística e histórica. Para isto, inicialmente abordar-se-á a respeito do colonialismo e como propiciou o etnocentrismo, em seguida será dado enfoque ao *mainstream* das Relações Internacionais e em que medida os Estado Unidos corrobora para tal. Por fim, argumentar-se-á a respeito de uma RI não-ocidental e a possibilidade de uma TRI chinesa.

1.1 – Colonialismo e eurocentrismo

O campo das Relações Internacionais (RI) é observado com interdisciplinar, abordando diferentes áreas de estudo divididas em subcampos, como: Direito, Política e Segurança Internacionais, assim, podem ser descritas como as maneiras pelas quais países do mundo e grupos de pessoas interagem e se afetam, tal interação engloba os diversos atores, estruturas sociais, influências geográficas e históricas (MGONJA; MAKOMBE, 2009). As RI's, dado sua característica ampla, serviria de base para a busca de um conhecimento inclusivo, não obstante, destaca-se o aspecto exclusivo pelo qual é moldada a disciplina. A crescente crítica de que a visão ocidental predomina as Relações Internacionais, sendo estas produto do eurocentrismo, enfatizam os resquícios de um processo de colonização.

A revisão de um passado marcado em termos de sociedade ocidental e um contexto moderno permeado por práticas, políticas e discursos que reproduzem a assimetria de poder, o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatórias, de acordo com Santos (2009). As práticas ocidentais de conhecimento suscitam o pensamento de um “mundo único” e universal, os quais descartam, na marginalidade, as realidades alternativas imbuídas de análises étnicas e culturais, confirmando o caráter central da ciência moderna e liberal como forma de poder colonial. Como Tickner e Blaney (2017) argumentam em seu trabalho, a dominação teria introduzido a existência a associação dos conceitos coloniais de “*newness*” enraizado na raça e etnicidade, aos quais eram codificados para produzir

inferioridade civilizacional entrelaçada a um sistema de exploração do trabalho e expropriação de terras construída em torno da propriedade privada do estado.

As Relações Internacionais descreveram de forma incorreta o caráter da ordem internacional contemporânea ao se basear na história de maneira restrita, ocidentalizada, deixando de lado as origens coloniais. A crítica surge, então, na tentativa de desafiar a centralidade da Europa como fonte histórica e origem da ordem internacional, a universalidade dada as perspectivas que reproduzem relações de poder e, também, questionar o privilégio epistemológico concedido a uma compreensão que é cega ao papel constitutivo do conhecimento (SETH, 2011). A escola inglesa serviu de guia para a formulação da disciplina de RI dominada pela ótica eurocêntrica e equivocada, a atual estrutura política internacional possui em suas características legados europeus, como é possível visualizar na Imagem 1.

Imagem 1 – Crença dos acadêmicos em uma disciplina de RI dominada “Americana” e “Ocidental”

		“American dominated” (%)	“Western dominated” (%)
All respondents	Strongly agree	10.65	21.91
	Agree	48.52	52.97
	Neither agree nor disagree	16.31	10.82
	Disagree	19.18	8.01
	Strongly disagree	5.35	6.29
Western respondents	Strongly agree	11.44	24.49
	Agree	52.72	57.63
	Neither agree nor disagree	18.20	10.84
	Disagree	15.23	4.42
	Strongly disagree	2.40	2.62
Non-Western respondents	Strongly agree	8.81	15.72
	Agree	38.77	41.77
	Neither agree nor disagree	11.89	10.78
	Disagree	28.34	16.62
	Strongly disagree	12.19	15.12

Fonte: *The IR of beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey, 2016*

A maior parte dos acadêmicos de RI acredita na existência de uma dominação estadunidense e ocidental na disciplina, enfatizando o seu caráter etnocêntrico. Por conseguinte, “os estudos de segurança tomam a perspectiva dos poderosos, daqueles que colonizaram, dominaram e competiram pelo mundo” (BARKAWI; LAFFEY, 2006, p. 349), os EUA criaram uma ordem baseada em seus preceitos. A paz de Vestfália pode ser visualizada com um dos

marcos mais importantes para a formação de uma nova ordem internacional, estabelecendo um conjunto de procedimentos que guiavam as “relações internacionais” – Guerra, Direito Internacional Público – e sendo responsável pela consolidação do Estado moderno. Essa noção de Estado é responsável pelo entendimento eurocêntrico de soberania, equilíbrio de poder e hegemonia em um sistema internacional caracterizado como anárquico. Assim como a Conferência de Bretton Woods foi um marco que sinalizou a construção de uma ordem internacional guiada pelos ideais e modelo capitalista-liberal estadunidense.

O continente africano e asiáticos foram intensivamente colonizados por europeus apenas no século XIX, sendo os últimos a sofrerem este processo. Diante da descolonização do continente americano e após a primeira revolução industrial, houve uma busca por novas fontes de obtenção de matérias-primas para prover as indústrias europeias. Com a expansão e desenvolvimento das nações americanas, no pós-colonização, estas se tornaram um mercado ao qual a Europa poderia exportar seus produtos industrializados, o que coibiu para a intensiva exploração por recursos no continente africano e asiático. A partilha da África na conferência de Berlim (1884-1885); com participação da Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Portugal, Itália e Espanha; entre os países europeus dava a eles o direito de exploração do território sob seu domínio, o que resultou na intensa destruição cultural da África. Na Ásia o processo de colonização foi desigual, variando de região para região, a China e a Índia enfrentaram com resistência os europeus, uma vez que possuíam uma estrutura interna bastante organizada com princípios religiosos e de conduta moral, apesar da resistência ainda sim sofreram com a ocupação. Deste modo o processo de descolonização, no século XX, deu origem a novos Estados, os quais basearam suas estruturas e modo de organizações internos aos de seus ex-colonizadores, uma vez que estes impuseram suas culturas e costumes nos territórios colonizados.

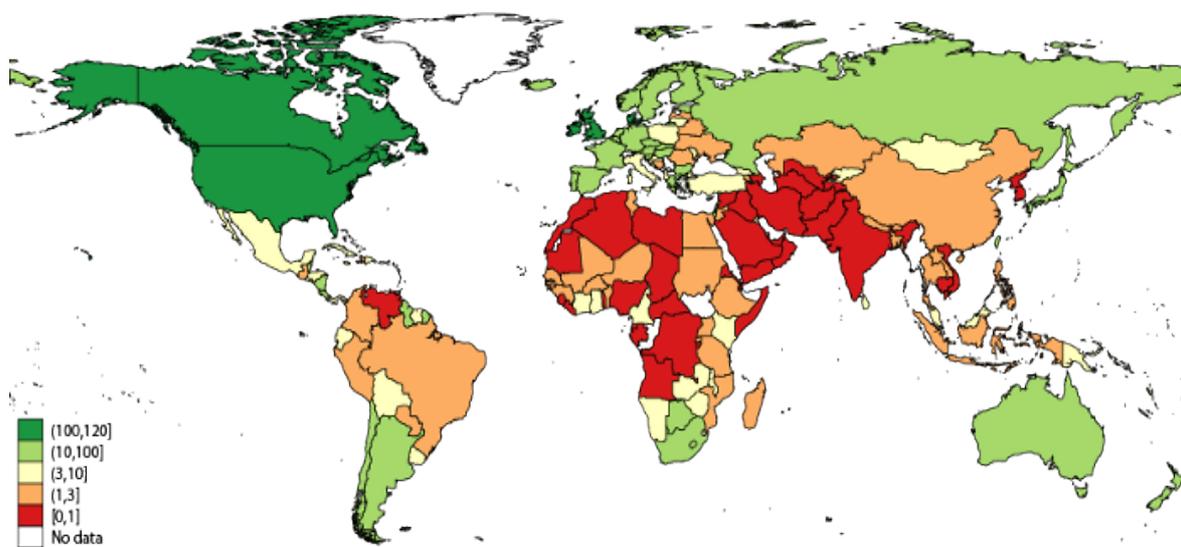
Como destaca Barkawi e Laffey (2006) o estudo das relações internacionais no ocidente então sempre voltados para encontrar a melhor maneira de se governar o mundo a partir de uma posição de força. Em suma, não é apenas a configuração dos países ocidentais e ao norte com potências internacionais, mas também, sua presença preponderante com perspectivas que moldam a disciplina das Relações Internacionais. O colonialismo pode ser visualizado como uma porta que possibilitou a posição massiva e hegemônica do ocidente no campo, instaurando uma ordem a ser seguida, no qual os grandes debates refletem somente a visão e história ocidental, deixando no esquecimento as vozes subalternas do terceiro mundo.

1.2 – Estado Unidos e o *Mainstream* das Relações Internacionais

Ao decorrer da história os Estados Unidos configurou-se uma potência a frente dos padrões europeus, apresentando um modelo de sociedade – *American Way of life* – seguido mundialmente, e também, se fixou como grande poder econômico, militar, da política mundial e o mais inovador. Assim, foi capaz de produzir teorias exportáveis para a Europa o que possibilitou a deseuropeização da RI “Americana”, fortalecendo cada vez mais a tradição anglo-americana liberal. A RI é e tem sido uma ciência social americana (WAEVER, 1998), a hegemonia estadunidense na disciplina enuncia o perfil teórico focalizado nas abordagens de escolha racional, dado o *mainstream* americano e a tentativa de criar categorias universalistas.

O fato de a comunidade acadêmica dos EUA dominar grande parte dos estudos pode levar a um enviesamento da política mundial enxergando-a unicamente pela lente americanizada, sem levar em conta as diversas outras possíveis perspectivas de análise. A disciplina de RI reflete a hegemonia política, econômica e cultural dos Estados Unidos (SMITH, 2002) em que não envolve a história como um todo. Para se destacar os padrões seguidos nas RI's uma fonte essencial de análise são os periódicos, de acordo com Ole Waever, eles são uma medida mais direta da própria disciplina, ou seja, uma instituição crucial das ciências modernas. Tendo por base tal definição, estudar o presente cenário das RI's por meio da análise dos principais periódicos contribuirá para o embasamento das argumentações apresentadas. Sendo assim, o gráfico a seguir, retirado do *the centre for Economic Policy Research*, uma publicação de Jishnu Das e Quy-Toan Do, a qual fala a respeito da geografia da pesquisa acadêmica demonstrando o total de publicações em todo o mundo baseado em um banco de dados de 76.046 artigos.

Imagem 2: Total de publicações por milhões de cidadãos



Fonte: *Centre for Economic Policy Research, 2014*

Como mostra a imagem 1 acima, a geografia das pesquisas acadêmicas é de maioria norte-americana, enquanto a Europa é representada apenas pelo Reino Unido em números elevados de publicações. O restante do mundo, principalmente os países correspondentes ao terceiro mundo (como a China), estão bem abaixo do número total de publicações.

Em suma o modelo da academia estadunidense foi idealizado aos padrões alemães, principalmente de uma universidade orientada para a pesquisa. Não obstante, as universidades estadunidenses se desenvolveram e ultrapassaram as alemãs, tendo em vista que eram mais adaptáveis, menos dependente do estado, observando, também, o vínculo entre a comunidade acadêmica e governo, a existência de fundações ricas que ligavam os centros de poder aos centros acadêmicos e o fato de as universidades serem flexíveis, inovadoras e especializarem em pesquisa (SMITH, 2002) forneceu as oportunidades necessárias ao fortalecimento das academias dos Estados Unidos.

A Ciência Política, nos EUA, teve sua fundação ancorada na tradição filosófica alemã, assim, a RI é vista pelos estadunidenses como sua subdisciplina, tendo nela sua base de desenvolvimento. De acordo com Hoffmann (1977 apud WAEVE, 1998, p.713) haveria dois critérios para o surgimento da RI: a democratização da política externa e um país envolvido nela; após a Segunda Guerra e com grande influência na política mundial, os Estados Unidos cumpriam ambos critérios destacados por Hoffmann, neste período, então, a RI de tornava uma disciplina. A Ciência Política americana era marcada pelo modelo de economia, voltado para o prestígio das ciências exatas e a busca pela certeza e progresso, da mesma maneira, por ser

considerada sua subdisciplina, as RI's nos EUA adquiriam então um caráter racionalista. A metodologia econômica foi se constituindo como método que organiza a disciplina, isso ocorreu devido a três razões;

(1) for IR to become more scientific, scholars have generally used economics as the most relevant model to emulate; (2) scholars needed methodology to replace the state as the conceptual core of the discipline, and (3) scholars there by established correspondence with the political level, where, as argued by Lowi, “economics has replaced law as the language of the state... Quite aside from whatever merits it may have as a method and however true its truths may be, public choice is hegemonic today for political reasons or (to be more dignified about it) for reasons of state.”(WAEVER, 1998, p. 715)

Entender o processo de formulação das RI's americana possibilita analisar sua consecutiva hegemonia como um núcleo global da disciplina, a presença de uma estrutura firme e fixa a qual modela as relações internacionais convencionais está ligada a tendência estadunidense de se pensar em categorias universalistas. Conforme o *International Scientific Journal & Country Ranking* (SJR) ¹, na área de Ciência Política e Relações Internacionais, dentre os primeiros cinquenta periódicos mais bem ranqueados em 2018: trinta (30) são provenientes do Reino Unido, dezessete (17) dos Estados Unidos, dois (2) da Rússia e um (1) da Alemanha; todos os países cujos periódicos são os mais bem reconhecidos da área de RI são de origem européia ou norte-americana, ou seja, países ocidentais.

Apesar de 60% dos periódicos serem europeus e 34% dos Estados Unidos não significa necessariamente a preponderância da perspectiva europeia na disciplina frente aos EUA. Destarte, deve ser observado a nacionalidade, origem e residência dos autores que publicam em tais *journals*, Ole Waever traz essa argumentação em *The Sociology of a Not International Discipline: American and European Developments in International Relations*, ele compara a distribuição de residência dos autores nos principais periódicos destacando que conhecer o país de residência pode ser útil para mostrar o “poder” relativo das diferentes comunidades de RI. Entre os oito *journals* estadunidenses e europeus mais relevantes da época – 1970 a 1995 – e investigados pelo autor, todos se encontram dentre os cinquenta e quatro mais relevantes da área, ranqueados pelo SJR (2018), eles são: *International Organization* (2º), *International*

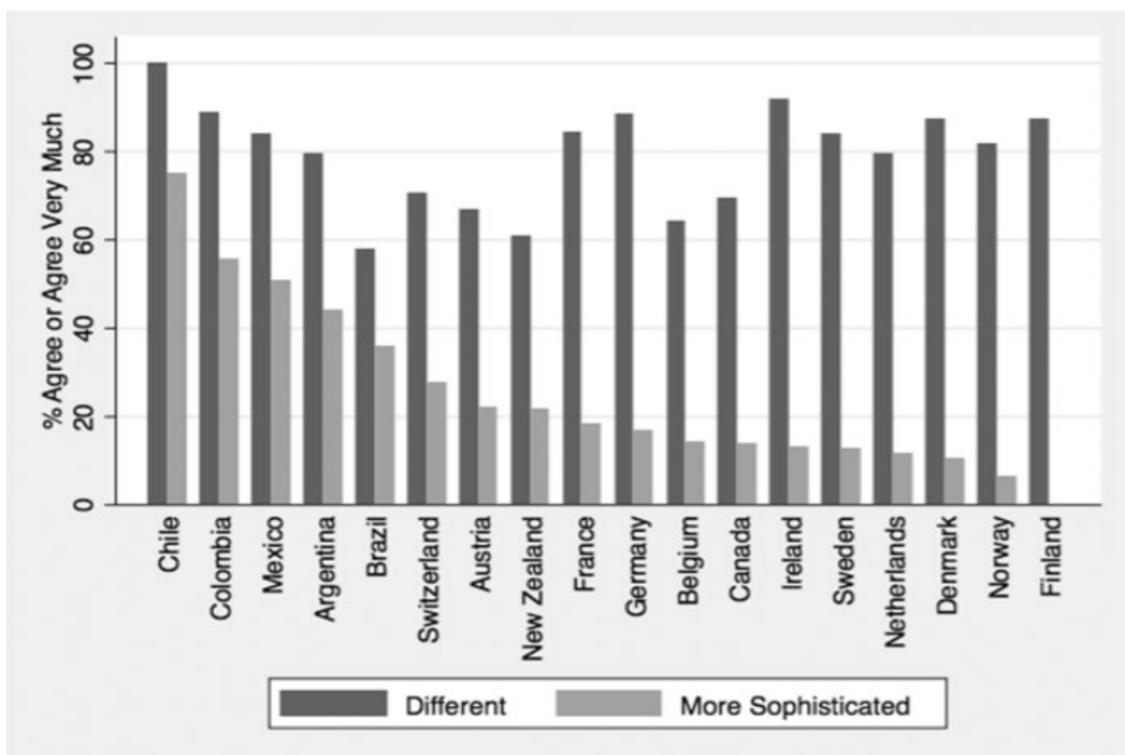
¹Para mais informações a respeito dos principais *journals* de Ciência Política e Relações Internacionais, acessar o *International Scientific Journal & Country Ranking*.

Disponível em: < <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3320>

Security (6°), *World Politics* (7°), *Journal of Peace Research* (9°), *International Studies Quarterly* (12°), *European Journal of International Relations* (16°), *Review of International Studies* (33°) e *Millennium* (54°). Ou seja, mesmo com cerca de 23 anos de diferença entre as pesquisas de Ole e o atual *ranking* os dados ainda se mostram correspondendo a atualidade, em que os principais periódicos continuam a ser os mesmos e todos correspondentes ao ocidente. A maioria dos autores que publicam nos periódicos ou são de origem e residência ou possuem sua nacionalidade acadêmica estadunidense, todavia este número seja mais equilibrado nos periódicos europeus.

Em relação ao conteúdo, a grande maioria das revistas estadunidenses se enquadra na categoria racionalista, como mostra Acharya e Buzan (2017), enquanto nos periódicos europeus também apresenta a perspectiva racionalista, contudo a maior parte mantém um amplo espectro de abordagens epistemológicas, dado isto, é possível observar na imagem abaixo, retirada de um *Analytical Essay* (2016) o qual examina a RI global utilizando a TRIP *survey* de 2014, a proporção de acadêmicos que acreditam que a RI dos EUA é mais sofisticada.

Imagem 3 – Proporção de acadêmicos que acreditam que a RI dos Estado Unidos é diferente ou mais sofisticada que suas própria RI regional



Fonte: *The IR of beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey, 2016*

Como mostra a imagem acima, dentre os acadêmicos dos dezoito países analisados é unânime a noção de que as Relações Internacionais estadunidense são diferentes e não mais sofisticadas. Uma RI dominada pela visão dos EUA não corresponde aos aspectos dos diversos outros países, destacando a necessidade da busca por uma maior participação das outras óticas, principalmente não-ocidentais.

A abordagem positivista é, justamente, criticada por produzir generalizações. O *mainstream* da RI tem em sua pauta o racionalismo – Teoria Explicativa – e em sua oposição está o reflexivismo – Teoria Reflexiva – o qual engloba a Teoria Crítica, Pós-Modernismo, Feminismo e Pós-Colonialismo. A maior parte da literatura dos EUA tende a operar ontologicamente no espaço definido pelo racionalismo, epistemologicamente é empirista e metodologicamente positivista (SMITH, 2002) a contraposição do reflexivismo vem a oferecer, justamente, uma variedade de abordagens alternativas aos compromissos ontológicos e epistemológicos do racionalismo. Dentro do *mainstream* positivista estão três principais teorias: Realismo, Liberalismo e Construtivismo, sendo o último causa de inúmeras discussões. O próprio Alexander Wendt proclama o objetivo de construir uma argumentação entre as duas tradições teóricas (Realismo e Liberalismo), não obstante, nem todo construtivismo é tão próximo do racionalismo. Para Keohane, Krasner e Katzenstein, como mostra Smith, o construtivismo teria três vertentes - convencional, crítico e o pós-moderno – o problema estaria na terceira vertente que não se encaixaria no debate racional. Ou seja, enquanto o construtivismo de Wendt se assemelha a visão racionalista, o de Onuf e Kratochwill não.

Apesar da teoria construtivista enfatizar a cultura e identidade, o que oferece uma porta as relações entre as tradições não-ocidentais e ocidentais, a teoria continua, ainda, fortemente centrada no ocidente;

In all cases, scholarship primarily focuses on security processes and outcomes taking place in the North Atlantic region and Europe'. They note that about 45% of their sampled constructivist research relates to the North Atlantic region, followed by 13.1% on Asia, whereas 'regions such as Latin America, Africa and, most notably, the Middle East, have received only scant attention (ACHARYA, BUZAN, 2017, p.346)

Fica evidenciado que mesmo como uma principal alternativa teórica às abordagens racionalistas, o construtivismo se mostra insuficiente, uma vez que é fortemente influenciado pela ótica ocidental. Tal questão confirma a persistência do domínio estadunidense e ocidental nas Relações Intencionais na última década.

1.3 – Uma RI Não-Occidental?

“A ontologia com que as pessoas trabalham deriva da sua experiência histórica e, por sua vez, incorpora-se ao mundo que elas constroem” (COX, 2000, p.187). O objetivo, em geral, não é construir um conhecimento universal e absoluto, mas ter uma perspectiva útil para focalizar os problemas do presente e permitir que se atue sobre eles, as diversas teorias pautam suas análises de acordo com a realidade a qual se encontram. As teorias ocidentais não se encaixam com as histórias dos não-ocidentais, justamente por trazerem em seu escopo uma perspectiva baseada na história ocidental apenas. Faz-se necessário uma mudança de ótica, um enquadramento da história mundial e não somente ocidental, a fim de que a RI englobe uma diversidade de visões que a possibilite ter alcance global e não apenas um enviesamento para com o ocidente. Assim, a imagem abaixo, retirada de um *Analytical Essay* (2016), demonstra a visão dos acadêmicos em relação ao combate da dominação americana e ocidental nas RI's.

Imagem 4 – Apoio dos acadêmicos para combater a dominação “americana” e “ocidental” das Relações Internacionais

		“American dominated” (%)	“Western dominated” (%)
All respondents	Yes	63.68	61.86
	No	25.93	24.42
	Do not know	10.39	13.72
Non-US Western respondents	Yes	67.22	62.39
	No	22.41	23.80
	Do not know	10.37	13.80
US respondents	Yes	53.16	55.39
	No	33.76	28.69
	Do not know	13.08	15.92

Fonte: *The IR of beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey, 2016*

A grande maioria dos acadêmicos até mesmo dos Estados Unidos, como verificado na imagem, se mostram favoráveis a tentativa de combater a dominação estadunidense-ocidental, a fim de que outras narrativas englobem a disciplina de RI. Dado isto, Amitav Acharya e Buzan (2017) expõe a carência por uma “RI global” em que fosse combinada e diversificada, com a finalidade de que atenda os desenvolvedores tardios. O problema em questão é que para

algumas ciências sociais, como a RI, a teoria e história são configuradas como pertencentes a domínios diferentes, todavia, como forma de desenvolver uma RI sem um domínio ocidental é importante reunir a história e teoria do mundo de maneira mais sistemática e aberta, levando em consideração que estas não são distintas, mas co-constitutivas. A própria Escola Inglesa, percebendo o viés eurocêntrico da disciplina e da Sociedade Internacional Global, visa corrigir o desequilíbrio imposto na história mundial;

The contemporary GIS should not be viewed only as a formation of Waltzian 'like units' sharing a thin veneer of primary and secondary institutions. It needs also to be seen as differentiated along several cross-cutting lines: by type of state, by geography (regions), by hierarchy (core-periphery, great powers, race, gender, etc.) and up to a point functionally (economic, legal, political etc.) (Buzan and Schouenborg, forthcoming) (ACHARYA, BUZAN, 2017, p. 353)

Assim, a ideia de uma RI global está pautada em um pluralismo teórico que leva em consideração as variedades e diferenças de estilos culturais, intelectuais e linguístico, tradições de pensamentos, modelos de Estado e sociedade visando desafiar o paroquialismo da RI convencional, o qual não reflete preocupações de fora do mundo ocidental. Como explicita Inoue e Tickner (2016), muitas vezes carecem de uma reformulação das teorias, epistemologia, ontologia e metodologia tradicionais, tendo por base que a atenção apenas as questões de epistemologia são insuficientes para lidar com as diferenças na política mundial e criar campo aberto para tentar entender as realidades globais cada vez mais complexas, ou seja, engendrar “um mundo de muitos mundos”.

Não obstante, de acordo com Blaney e Tickner (2017) as ideias de Amitav estariam incompletas devido a pouca atenção às questões ontológicas, a reformulação de uma RI global possibilita um pluriverso, porém permite que a disciplina continue a praticar uma ciência colonial desenvolvendo uma realidade mundial singular. Não é preciso apenas reorientar as questões relacionadas a como se enxerga a realidade, mas, também, dar atenção à natureza da pesquisa, visualizando a situação como um todo; pois mesmo reconhecendo que a realidade é socialmente construída e que mesmo epistemologicamente distintas podem estar enraizadas em ontologias variadas, ainda não se compreende os efeitos completos das realidades alternativas. Ou seja, a elaboração de uma RI global apenas reconhece a multiplicidade de visões de mundo, porém não a existência de mundos reais. A argumentação de Blaney e Tickner é, então, de que para se fazer concretizar as ideias de Amitiv é preciso de mais do que apenas voltar o olhar para a história do mundo e a epistemologia, requer também prever mecanismos para uma

Cosmopolítica² praticada – uma tentativa de politizar o fazer científico - tanto como relações diplomáticas entre mundos quanto revelação colaborativa de conhecimentos que decolam da ciência, ou seja, é verdadeiramente tentar entender como fazer ciência é construir mundos.

1.4 – Uma Teoria das Relações Internacionais chinesa

A procura por uma RI menos enviesada fez crescer o interesse nas abordagens não-ocidentais. Cabe destacar, como Amitv e Buzan (2011) demonstram nas suas pesquisas, que a Ásia não possui muita Teoria das Relações Internacionais (TRI), o desinteresse estaria relacionado à noção de que a TRI ocidental não captura de forma adequada as necessidades e condições da Ásia, além de contribuir para a marginalização não apenas dos acadêmicos asiáticos, mas também dos seus países. Mesmo na Ásia a TRI ocidental se configura como hegemônica, tendo com exceção a China possivelmente devido a como se sucedeu a construção da sociedade no país, pautada pela ideologia marxista, maoísta e confucionista⁴. O interesse em uma TRI não-ocidental emergiu da crescente insatisfação com a aplicabilidade das principais teorias de RI e sua ascensão entre a comunidade acadêmica na Ásia, por isso o foco nesse continente como principal contribuído para uma RI global, levando em conta que o desenvolvimento desta depende do maior envolvimento de acadêmicos de fora do ocidente. As universidades e periódicos asiáticos, principalmente chineses, estão cada vez mais bem-dotados, como mostra Acharya e Buzan (2017) – periódicos: *International relations of the Asia-Pacific* (Japão), *Chinese journal of International Politics* (Universidade de Tsinghua).

Com a crescente ascensão da China surgiu também a necessidade de uma TRI propriamente chinesa e não pautada pela perspectiva ocidental. “*The most obvious candidate for an independent IR tradition based on a unique philosophical tradition is China, though very little independent theorizing has taken place*” (WAEVER, 1998, p. 696), uma vez que o confucionismo e o sistema tributário chinês desafiam de forma clara o princípio moderno de Vestefália e da Europa. O desenvolvimento de uma escola chinesa de TRI em certo grau poderá apresentar um sino-centrismo que pode responder ao etnocentrismo ocidente. Uma nova forma de visualizar as relações internacionais, com uma escola chinesa, poderia facilitar a ascensão pacífica da China contrariando a visão neorrealista e neoliberal dos Estados Unidos. Estudiosos

² Cosmopolítica é um termo da filósofa da ciência Isabelle Stengers, para uma maior explanação a respeito do termo, acessar a Revista USP.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/145663/139603/>>

⁴ Confucionismo. Disponível em: <<https://chinavistos.com.br/confucionismo/>>

chineses cada vez mais questionam a ordem mundial de domínio ocidental, “*Chinese leaders leave no doubt that they want to shape the future world order*” (MOKRY, 2018, p.4). A crescente influência chinesa tem aberto uma janela para a mudança na RI convencional, possibilitando novas formas de se orientar a ordem mundial. Entender o pensamento chinês é importante para compreender o modo de atuação de sua política externa, analisá-la por meio de uma RI dominante ocidental pode prejudicar o real entendimento da política chinesa, assim, discussões entre os estudiosos chineses pode ajudar a pensar seus conceitos.

A China é um país com longas tradições intelectuais e tem se instaurado como um importante ator internacional na história. No contexto chinês a teoria possui dois significados, Qin (2011), o orientado para a ação e o outro para o conhecimento, sendo o primeiro o padrão definidor do segundo. São três os estágios de construção institucional para o desenvolvimento da RI chinesa de acordo com Qin, o primeiro de 1953-1964 em que se deu início o primeiro programa de departamento relacionado a RI; o segundo de 1964-1970, no qual se deu uma maior estabelecimento institucional e o terceiro de 1979 em diante, que se caracterizou pelo maior desenvolvimento das relações internacionais como disciplina. Com crescente tradução de obras de pensadores ocidentais, passou-se a perceber um domínio do realismo no discurso chinês e a sucessiva adesão dos pensamentos liberais e construtivistas, o que gerou a necessidade de uma construção teórica própria independente.

O desenvolvimento teórico distingue-se em: fase pré-teórica, fase de aprendizado e a da construção de teoria. Na primeira fase não se tem uma consciência teórica, a pesquisa é realizada por experiência individuais e a sabedoria intelectual em que se mistura à disciplina outras. A segunda fase é introduzida quando a comunidade acadêmica começa a ter consciência coletiva, novas ideias podem surgir, mas nenhuma nova teoria que contenha suposições básicas distintas das já existentes. Na terceira fase uma nova teoria é apresentada com premissas distintas e serve como uma poderosa explicação da realidade (QIN, 2011), ou seja, quando se atinge a última etapa pode-se dizer que uma nova escola de pensamento surgiu. Correspondente a situação chinesa, o país se encontra na segunda fase em direção a última. A primeira teria sido de 1953 a 1989, em que houve a constituição de instituições e o desenvolvimento da disciplina, sendo a segunda fase de 1990 em diante, onde a China começou perceber que as teorias de RI não eram apenas norteadoras para formulações políticas, mas sim, uma forma de se observar e analisar o mundo.

Como mostra Qin (2011), o fato de ainda não existir um TRI chinesa se dá devido a (1) falta de conhecimento da internacionalidade, não havia no pensamento tradicional chinês algum conceito de “internacionalidade”. Ou seja, para eles uma sociedade de estados era vista como

uma sociedade de pessoas, o mundo ou o estado não era uma entidade claramente definida com um limite finito. Não existia opostos dicotômicos, havia apenas um ego solitário e o sistema tributário era justamente a radicação de tal ego (China), levando em consideração que o conceito de “estado” foi baseado na noção confucionista e não vestfaliana, que por sua vez se modelou no conceito de “família”. Então, na ótica chinesa o estado era uma família ampliada. (2) O domínio do discurso ocidental no contexto chinês, como observado anteriormente, devido a colonização, o movimento de ocidentalização e a tradução de textos dos pensadores ocidentais.

E por fim, (3) a falta de um núcleo teórico rígido, uma vez que o núcleo da teoria social contém os componentes: físico / material e metafísico / ideacional, ambos componentes são inter-relacionados e interativos. O físico leva as suposições e hipóteses de uma teoria enquanto o metafísico produz a essência ontológica, sendo o último particularmente importante para definir uma teoria socialmente distinta. A tradição intelectual chinesa – harmonia universal, confucionismo - costumava apresentar um núcleo com um componente metafísico diferente, contudo, a modernização fracassada no século XX de fim a tradição. A tentativa da China de reconstruir sua identidade no moderno Sistema Internacional resultou no colapso do componente metafísico e a formação de uma mentalidade iluminista ocidental que substituiu a tradição chinesa.

Apesar de não existir uma TRI originária da China, o país pode ser o único capaz de criar uma grande teoria de RI (GRABOWSKI, 2019), por ser uma potência em crescimento e pelo fato de que aprofundar em um embasamento teórico de RI seria benéfico a promoção de uma perspectiva não-ocidental para se pensar a política mundial. Os estudiosos chineses têm argumentado sobre a necessidade de incorporar as ideias tradicionais chinesas na Teoria de Relações Internacionais, uma vez que esta possui uma literatura centrada no ocidente (HO, 2019), há o anseio por um ordenamento internacional em que não haja a influência predominante de conceitos estadunidenses e europeus. Todavia a China ainda esteja em um processo de criação e estruturação teórica, o gradual desenvolvimento chinês e sua presença marcante no cenário internacional vem contribuindo para que o país alcance tal objetivo.

1.5 - A localização geográfica importa?

O papel cada vez mais relevante da China tem encorajado os estudiosos chineses de RI a defender uma maneira chinesa de pensar as relações internacionais, que englobe as ideias tradicionais daquele país. Embora essas ideias e tentativas ainda não tenham ganhado tração

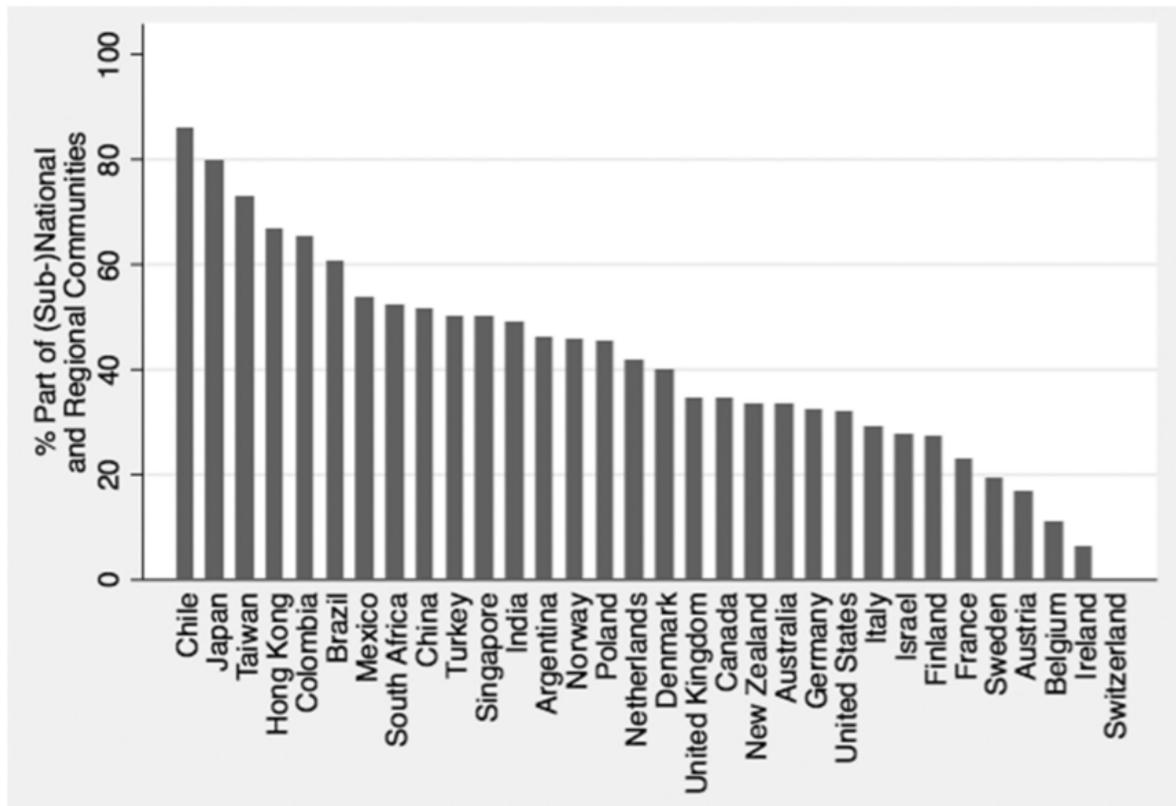
universal e estejam em grande parte no processo embrionário, a capacidade de se teorizar é um sinal de maturidade intelectual (HO, 2019). A importância de se desenvolver uma abordagem propriamente chinesa reside na necessidade de apresentar e configurar os interesses nacionais à comunidade internacional, sabendo que a China, e a Ásia em geral, possui culturas, normas e visão de mundo que são diferentes das derivadas do ocidente.

Desta forma, a busca em incorporar cada vez mais o pensamento tradicional chinês na resposta às questões globais, empreendendo esforços, como de Hung-Jen Wang (apud GRABOWSKI, 2019), para a adaptação de conceitos relacionados a ascensão chinesa; uma vez que as questões correspondentes a este tema ainda estão sendo investigadas com base em teorias ocidentais de Relações Internacionais. Tais teorias, baseadas apenas na experiência ocidental, tem pouco utilidade para o regionalismo asiático, não conseguindo explicar as diversas peculiaridades da política regional asiática.

This idea has also resonance with discontent with the epistemic value of mainstream IR theories, namely realism, liberalism, and constructivism, all of which have Western—or, more specifically, “Eurocentric” (Patomäki, 2007)—analytical or normative underpinnings (Acharya and Buzan, 2017; Johnston, 2012). Western theories, the criticism goes, misrepresent and therefore misunderstand much of “the rest of the world” (Acharya, 2014: 647). (EUN, 2020, P. 2)

Assim, cada vez mais a construção de uma TRI propriamente chinesa se faz necessária e provável, pois fica nítido que especificações intelectuais e geográficas estão conectadas. A geografia desempenha um papel central no debate de RI, no qual o ocidente é responsável pela produção das principais teorias enquanto os acadêmicos de outras localizações servem como especialistas da área, fornecendo os dados brutos para testes de teoria. Quanto mais orientado para a teoria é a revista, menos provável é que inclua colaboradores de fora do núcleo ocidental (VOGELAAR *et al.*, 2016), assim, é possível observar na imagem abaixo, retirada da TRIP de 2014, o número de acadêmicos que se identifica com a comunidade (sub)nacional ou regional.

Imagem 5 - Proporção dos acadêmicos que se identifica em primeiro ou segundo lugar com uma comunidade de RI nacional, subnacional ou regional



Fonte: *The IR of beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey, 2016*

É observado que a maior parte dos países não-ocidentais, o que inclui a China, tem uma percepção de comunidade de RI geograficamente delimitada enquanto os países ocidentais em maioria parecem não se identificar com uma estrutura geográfica específica, mas global. Como mostra Wiebke, Nicholas, Mariana e Michael (2016), não é esperado que os estudiosos ocidentais imaginem sua versão de RI parando em fronteiras nacionais ou regionais, uma vez que estes são integrados a disciplina "global" em virtude do domínio ocidental da disciplina. Fica, então, evidente que a distinção entre "eles" e "nós" na disciplina de Relações Internacionais é reproduzida ao longo das linhas geográficas.

Cabe destacar o questionamento, a ser analisado no decorrer do trabalho, se importa de onde você vem e o que você pensa, e se as afirmações têm relação com a posição geográfica cultural de quem as produz. Para tal, será analisada a ascensão da China buscando compreendê-la através da visão estadunidense e chinesa.

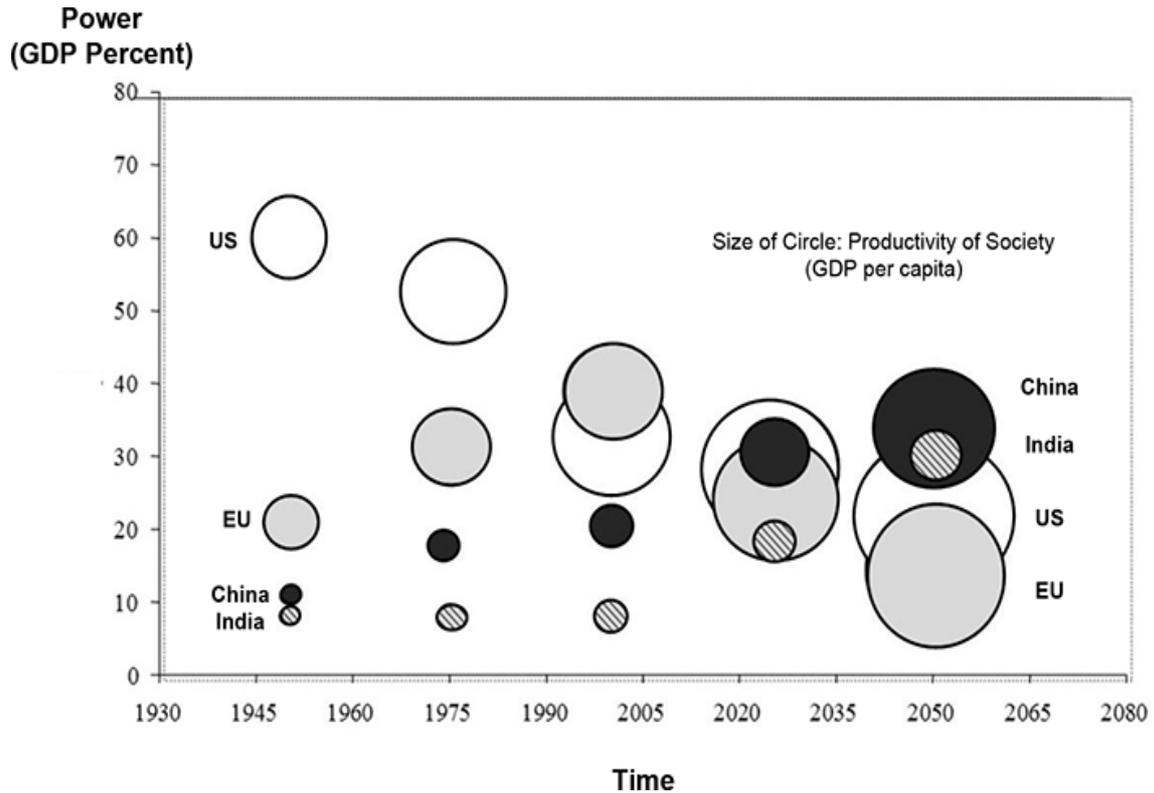
2 - *POWER TRANSITION* E OS PRINCIPAIS DEBATES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA

Este capítulo traz uma argumentação acerca dos principais debates acerca do crescimento chinês e sua aproximada paridade com os Estados Unidos. É necessário, para isso, entender como explica tal questão por meio do entendimento da Teoria da Transição de poder, a qual foca seus estudos para compreender como se sucederá a transição de poder EUA-China em pleno século XXI. Inicialmente buscarei explicar acerca de como, excepcionalmente, a China se configurou como uma ameaça ao poderio estadunidense e em seguida apresentar os principais debates acerca de como da ascensão chinesa em meio ao declínio dos Estados Unidos. Cabe destacar que tal declínio ocorre quando as capacidades militares e econômicas de um Estado aumentam a uma taxa mais rápida do que a do outro, de modo que a proporção de recursos entre os dois diminui.

2.1 – Modernização e ascensão chinesa

A crescente presença e impacto da China no sistema internacional tem relação com o seu desenvolvimento genuíno que inevitavelmente chama a atenção dos Estado Unidos. Desde 1978 com a revolução econômica chinesa o país vem ascendendo rapidamente - como é possível observar na imagem 5 retirada do artigo “*Foundations of power transition theory*” de Ronald L. Tammen, Jacel Kugler e Douglas Lemke (2017), a qual se refere a dinâmica das grandes potências em transição de 1950 a 2050 - o que abriu o debate acerca do processo de transição de poder EUA-China.

Imagem 6 – Capacidades Relativas das Grandes potências até 2065



Fonte: *Foundations of Power Transition Theory*, 2017

A altura dos círculos indica o poder relativo de cada estado; os diâmetros indicam o GDP (PIB)/capita - produtividade. Visto que, em 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) da China era de 5,102 trilhões USD enquanto em 2019 passou para 14,343 trilhões USD, de acordo com o Banco Mundial, e ao passo que os anos prosseguem a tendência é que a China continue seu crescimento e alcance a paridade com os Estados Unidos entre 2020-2035, os próximos anos serão de extrema importância para se analisar como funcionará uma possível transição de poder entre Estados Unidos-China, sabendo que historicamente mudanças sistemáticas de poder no ordenamento internacional foram estabelecidas através de confrontos. Então, o EUA deve ter em mente que uma China em ascensão naturalmente irá pedir mais, mesmo que os líderes chineses tentem tornar a expansão menos exigente, pois o sucesso contínuo da modernização e a elevação dos padrões de vida depende da estabilidade global, isso faz com que o país busque contribuir para manutenção e construção de um ambiente internacional pacífico (JISI, 2011). Dado isto, os EUA deve evitar a tendência de reagir exageradamente aos movimentos da China.

No início da década de 1840 as potências ocidentais entraram na China pretendendo transformá-la em base de produção e fornecimento no exterior, o que à inseriu no “mundo moderno”. O fato de a China adotar abordagens questionáveis em relação à modernidade, ou

seja, o modo distinto em que sua sociedade era organizada baseando-se nas ideologias maoísta e Confucionista, na qual noção de Estado não era claramente definido, fez com que o país tivesse uma difícil transição para a modernidade, mantendo-o em desacordo com as potências dominantes.

Although China had been a civilized nation for centuries, the Chinese did not seem to have the intellectual impulse to initiate adventurous scientific inventions. The Chinese way of thinking and inquiry as conceived by Confucius, Lao Tzu, and other classical political thinkers and the ensuing Chinese political, economic, and cultural traditions are not conducive to scientific development. That is largely the reason why the Chinese had maintained the same way of life for centuries prior to the arrival of the Western powers. (LAI, 2011, p.31)

Com isso a China iniciou sua modernização perante o mundo ocidentalizado, o consenso entre as autoridades chinesas era de que as potências ocidentais eram mais fortes e avançadas, todavia, a China poderia aprender com eles para restaurar sua supremacia, uma vez que estes eram inferiores cultural e politicamente. Entre 1840 – 1978 diversos conflitos foram travados internamente na China, a fim de concretizar o projeto de modernização. Com a morte de Mao Tsé-Tung, grande líder da revolução chinesa e fundador da República popular da China, em 1976 a China foi deixada com uma economia atrasada e disfuncional. Deng Xiaoping passou a ser o líder político da República Popular da China lançando uma reforma econômica em 1978 o que trouxe o desenvolvimento na chamada “economia socialista de mercado” (LAI, 2011). Não obstante, o impulso a mudanças tenha sido através da humilhação e pressão ocidental, a transição chinesa para a modernidade trouxe consequências externas. Ao entrar em um processo de rápido crescimento, porém se mantendo fora do alinhamento aos Estados Unidos e possuindo um modo de governo ainda distinto do predominante no sistema internacional (democracias liberais) colocou a China como parte do grupo dos países insatisfeitos com o atual ordenamento.

A China surgiu, na última década, como *player* cada vez mais importante na inovação e tecnologia, o que refletiu mudança nas prioridades nacionais (KENNEDY; LIM, 2018), porém essas atividades desafiaram os interesses estratégicos dos EUA, gerando um conflito pois a tecnologia desempenha um papel crítico nas relações de poder. Ao enxergar a China como possível ameaça os estudiosos, principalmente estadunidenses, voltaram seus olhares para a ascensão chinesa e uma possível transição de poder com o EUA. Como mostra Lai (2011), a primeira onda de debates sobre a ameaça chinesa surgiu em 1997, a qual tiveram observações como: o desenvolvimento da China ser imparável; seu potencial para se tornar a

maior economia do mundo; a configuração como potência insatisfeita e ambiciosa, cujo objetivo é dominar a Ásia; uma China hegemônica perturbaria o equilíbrio de poder dos EUA na Ásia e EUA-China possuíam objetivos opostos e inconciliáveis. Tais questões provocaram o interesse do público estadunidense que passou a enxergar a China em ascensão como uma verdadeira ameaça. Por outro lado, os chineses argumentaram que os respectivos questionamentos seriam reflexo do egoísmo ocidente/EUA em que a transição de poder conflituosa e bélica era um problema baseado a experiência e história ocidental.

2.2 – Principais debates

A ordem internacional liderada e criada pelos Estados Unidos e seus parceiros está em crise, as democracias ocidentais agitadas por convulsões nacionalistas e populistas parecem se voltar para dentro e cada vez menos comprometidas com o projeto internacional liberal, como explicita John Ikenberry (2018). Esse enfraquecimento da ordem liderada pelos estadunidenses parece abrir oportunidade para os Estados emergentes reformularem o ordenamento internacional. A China é vista como o candidato principal para uma possível transição de poder por ser identificada como um poder insatisfeito, não aliado aos Estados Unidos e sem participação no estabelecimento da atual ordem. De acordo com David Lai (2011) a possibilidade de Transição de poder entre EUA e China foi uma das características definidoras das mudanças nas relações internacionais. Assim, a elevada importância da China e sua possível paridade com os Estados Unidos fez surgir diversos debates que refletem as perspectivas políticas defendidas dentro da comunidade acadêmica, na qual as teorias de transição de poder observam um vínculo entre a ordem internacional e a ascensão e queda de grandes potências.

O estudo das relações internacionais supostamente serve para dizer como o mundo funciona e mesmo com mudanças radicais no cenário internacional, as teorias clássicas tem muito a dizer a este respeito. Como esboça Snyder (2004), as teorias clássicas ainda dominam o debate das RI's, como observado na primeira parte deste trabalho, três correntes teóricas se destacam por moldarem o discurso público e a análise de política: realismo, liberalismo e o construtivismo. Destarte, cada teoria oferece um tipo de filtro para se olhar e assim ajudam a explicar as suposições por trás da retórica política sobre política externa, atuam uma sobre a outra como um controle revelando as fraquezas, nos argumentos, que podem levar a políticas equivocadas. Apesar de se destacarem três correntes teóricas, os dois paradigmas dominantes usados por estudiosos e especialistas para pensar em assunto internacionais são o: realismo e Liberalismo. Em um mundo no qual existam democracias já maduras, apenas a teoria liberal

poderia ser necessária. Porém em um ambiente anárquico em que se tenha Estados ainda incompletamente modernizados faz-se necessário a integração do realismo para compreender os resultados que a Teoria das Relações Internacionais tenta explicar – os padrões de guerra, paz, alianças, estratégias dos Estados (SNYDER, 2012) Não obstante, Snyder enfatiza que nenhuma das três tradições teóricas têm forte capacidade para explicar a mudança, devem ser usados seus *insights*, então, como um tipo de controle sobre a exuberância irracional das outras teorias. Ou seja;

Realists should have to explain whether policies based on calculations of power have sufficient legitimacy to last. Liberals should consider whether nascent democratic institutions can fend off powerful interests that oppose them, or how international institutions can bind a hegemonic power inclined to go its own way. Idealists should be asked about the strategic, institutional, or material conditions in which a set of ideas is likely to take hold (SNYDER, 2004, P. 62)

Tais teorias servem como base não para prever o futuro, mas fornecendo a estrutura conceitual para pensá-lo. Sabendo que as Teorias de Relações Internacionais tem grande influência no meio acadêmico assim como para os "*policymakers*", apesar o realismo e liberalismo sobressair, como visto, para o estudo da política mundial o construtivismo será utilizado como uma terceiro perspectiva para se estudar o cenário atual de ascensão chinesa. Tendo em vista, que traz um olhar orientado aos padrões éticos legais.

Como observado no projeto de ensino, pesquisa e política internacional (TRIP) de 2017 - cujo objetivo é a coleta de dados sobre a disciplina acadêmica da política internacional para se obter uma compreensão de como os acadêmicos pesquisam e ensinam as relações internacionais - a respeito do corpo docente de RI dos EUA.

Imagem 7 - Como os professores de RI dos Estados Unidos enxergam seus trabalhos

	Response option	n	Percentage
1	Positivist	949	66.80
2	Non-positivist	238	16.70
3	Post-positivist	234	16.50

Fonte: TRIP, 2017

A maioria dos professores de RI nos EUA, enxergam sua epistemologia como sendo positivista. Da mesma maneira a pesquisa realizada em regiões: Ásia e Oceania (não enquadrando a China), Europa Oriental e antiga União soviética, América Latina e Caribe, Oriente Médio e África e, por fim, Europa ocidental e Canadá; na primeira região o resultado foi em 1º para epistemologia positivista e 2º Pós-positivista; na segunda foi em 1º para a Pós-positivista e 2º Positivista; Já na terceira o resultado foi similar ao dos EUA (1º Positivista e 2º Não-positivista); a quarta e quinta regiões os resultados, assim como o da primeira, foram em 1º Positivista e 2º Pós-positivista. Tal constatação ressaltando o caráter dominante das teorias positivista e, logo após as, Pós-positivistas no estudo das relações internacionais. Sabendo disso, três categorias possíveis são discutidas partindo das experiências passadas da transição de poder e tendo as reflexões teóricas como base: a relação Estados Unidos-China 1) sucederia em uma disputa "violenta" por mudança, 2) uma mudança pacífica de poder ou 3) uma socialização / aceitação.

Cabe destacar que as teorias selecionadas serão utilizadas como uma estrutura conceitual para se pensar a ascensão da China e os possíveis desdobramentos que possam haver a medida em que políticas e caos são tomadas.

2.2.1- Uma disputa por mudança

Em geral a visão sobre a transição de poder é pessimista, identificando a ascensão chinesa como perturbadora e provavelmente perigosa. As teorias realista e neorrealista vêm justamente trazer a perspectiva de que os Estados compartilham apenas a preocupação com a sobrevivência, ligado a alternativa de contenção. Os realistas clássicos, como Robert Gilpin, argumentam que a ordem internacional é um subproduto da concentração de poder, ou seja, tal ordem é criada por um Estado poderoso, todavia este quando declina e o poder se difunde a ordem enfraquece ou se desintegra. Nessa situação, um Estado em ascensão surge como um novo Estado dominante buscando reorganizar o sistema internacional a fim de atender seus próprios propósitos. *“For hegemonic realists, the debate today is about where the world is along this cyclical pathway of rise and decline”* (IKENBERRY, 2018, p.19), ou seja, uma China cada vez mais poderosa resultará na crescente probabilidade de conflito. Destacando, então, a recomendação para que os Estados Unidos e seus aliados adotem a estratégia de contenção esperando que isso desencoraje uma China insatisfeita com o seu papel marginal no sistema de tentar usar sua influência para remodelar a ordem internacional aos seus moldes. O argumento de Gilpin (1981, apud GOLDSTEIN, 2007) é justamente que a ascensão e queda das grandes potências que criam as circunstâncias sob as quais as guerras começam, a chamada

guerra hegemônica – principal meio usado pelas grandes poderes para resolver as diferenças em suas relações ou criar uma nova ordem internacional – o que encoraja o pessimismo em relação a ascensão da China. Tendo em vista a atuação dos EUA como regulador da ordem internacional, a necessidade de lidar simultaneamente com diversos conflitos que ameaçam seus interesses globais fará com que não consigam dedicar recursos suficientes para manter sua antiga vantagem sobre a China, a expectativa é, desta maneira, o aumento na probabilidade do uso da força – seja por um desafiante chinês capaz de montar um exército mais forte ou pelos Estados Unidos buscando manter seu poder.

O trabalho de Mearsheimer, na mesma perspectiva, fornece explicações sobre o que se esperar da China. Na política internacional, o principal requisito dos Estados é a sobrevivência, uma vez que estes estão inseridos em um ambiente anárquico, no qual cada um possui capacidades ofensivas e intenções imprevisíveis. A tendência é que os Estados busquem maximizar seus poderes nacionais, visando garantir sua sobrevivência e eventualmente dominar o sistema, isso significa que os Estados mais poderosos visam estabelecer hegemonia em sua região do mundo para garantir que nenhum grande rival domine outra área.

The quest for power has no end. Regional hegemons will naturally aim for global hegemony. No regional hegemon likes to see rival great powers dominate other regions, or to have peers. The drive for global hegemony necessitates a competition among the great powers. The most common way for them to win is to increase their own power base on the one hand, and to do everything possible to prevent or undermine the development of other regional hegemons on the other (LAI, 2011, p.55)

Nesse sentido, acredita-se que a medida que a China se torne mais poderosa ela buscaria dominar a Ásia empurrando os Estados Unidos para fora. Quando mais poderoso o Estado em relação aos seus concorrentes mais seguro ele vai estar, esse raciocínio leva as grandes potências a procurar oportunidades para movimentar a balança de poder a seu favor, o objetivo é ser o único grande poder no sistema – o *hegemon*. O fato de a competição mortal ter sido a regra da transição de poder no passado fez com que as potências competissem agressivamente pela hegemonia como forma de garantir a segurança, significando a hegemonia para as teorias realistas a dominação do sistema. Mearsheimer (2014) argumenta que os principais objetivos das grandes potências são: hegemonia regional e prevenir outro Estado poderoso de se tornar um *hegemon* regional, assim, em sua visão a China tentará dominar a Ásia da mesma maneira que os EUA fizeram no hemisfério ocidental, ou seja, em essência procurará ser o país mais poderoso da sua região e expulsará as forças armadas estadunidenses. Não obstante se espera

que, da mesma forma, os EUA fará o possível para impedir que a China ganhe sua posição hegemônica na região asiática. Isso ocorre, porque a dominação oferece a melhor maneira de sobreviver sob a anarquia internacional e garantir seus interesses (disputas territoriais).

Dada a importância das disputas territoriais as quais a China está envolvida – Mar do Sul, Taiwan – justamente com a dificuldade de resolvê-los por meio da concessão e diplomacia, a melhor maneira seria provavelmente por coerção, assim a China mais poderosa estaria em boa posição para usar os recursos militares e conseguir o que deseja. “*In short, becoming a regional hegemon is the best pathway for China to resolve its various territorial disputes on favorable terms*” (MEARSHEIMER, 2014, p.13), além de buscar a hegemonia regional, uma China em ascensão também terá interesses estratégicos fora da Ásia, para isso tentará construir forças militares e navais que a permitam alcançar as regiões distantes, da mesma forma que os EUA fizeram. Com crescente investimento em defesa e as intenções claras de Xi Jinping, em seu discurso no Congresso do Partido Comunista em 2017, de projetar a China como grande potência econômica e militar, destacando como o início de uma nova era; “o país asiático aumenta em 130% seus investimentos militares em uma década” (EL PAÍS, 2019), cabe ressaltar a tendência dos países asiáticos em se alinhar aos EUA, visto que representaria menor ameaça que uma China hegemônica. Uma vez que os vizinhos da China provavelmente interpretarão as medidas para melhorar a postura militar como evidência de que Pequim não somente está empenhada em adquirir capacidades ofensivas, mas também intenções ofensivas – *Offensive power* - dado imperativo de sobrevivência, a maioria deles optará por se equilibrar contra (MEARSHEIMER, 2014), assim, farão o necessário junto aos EUA para conter – estratégia de contenção – o país de atingir a hegemonia regional, formando o que Mearsheimer chama de “*Balancing Coalition*”.

Mais comumente um *hegemon* irá agir com resistência, como mostra Muller e Rauch (2016), podendo partir para a guerra preventiva, a fim de usar a superioridade para atingir o poder crescente antes que ele alcance toda a força ou usar do poder e posição dominantes para alterar as regras e assim obstruir a ascensão do desafiante. Contudo, tal estratégia aumenta a probabilidade de conflito e guerra ainda mais caso não seja bem-sucedida. Argumenta-se, todavia, que a transição de poder pautada pelo conflito é uma visão limitada da estrutura da ordem internacional que ignora a possibilidade de governar o sistema por meio do engajamento e consenso e não por contenção e coerção.

2.2.2 – Mudança pacífica de poder

Uma visão mais otimista vê a ascensão chinesa como pacífica e uma oportunidade para a construção de cooperação internacional, na qual uma China mais modernizada enxergue seus interesses melhor servidos por organizações que facilitam a cooperação e solução pacífica de conflitos. Como pontuado por Lai (2011), os chineses veem as acusações de uma ascensão ameaçadora como reflexo do egoísmo dos EUA-ocidente e que estes precisavam de um inimigo para sustentar seus gastos militares e dar um sentido ao “Império Americano”. A transição de poder é um problema baseado na experiência ocidental, a qual a China não se enquadra, tendo em vista a base de uma sociedade confucionista em que está inserida. Os ensinamentos de Confúcio justamente pregam a busca pela harmonia, assim surgiu em 2003 por pesquisadores da escola do Partido Comunista Chinês a ideia de “ascensão pacífica da China” que posteriormente foi modificada para “desenvolvimento pacífico”. Os principais argumentos eram o de que a China não buscava repetir os erros das grandes potências no passado – colonialismo e imperialismo – e não iria usar a força para conseguir recursos, pelo contrário, o país está aprendendo a usar o mercado internacional e as respectivas instituições, a fim de obter o que precisa para o seu desenvolvimento.

Embora a China não esconda sua intenção de promover mudanças no sistema, acredita-se que ela fará o que está ao seu alcance e de maneira a não confrontar outros países, uma vez que a globalização e o atual ordenamento liberal estariam facilitando a obtenção de recursos de forma pacífica.

Zoellick pointed out that China's quest for peaceful development had internal and external requirements. Internally, although the Chinese leaders' priority was understandably economic development, they must take measures to modernize China's political system, without which China could not have a sustainable peaceful condition for its ambitious mission. Externally, China must work with the United States and other leading nations to create and maintain an environment for all to develop peacefully (LAI, 2011, p.61)

A ascensão pacífica chinesa seria possível por meio da cooperação, ou seja, o engajamento e integração (interação entre os Estados) para com os outros países principalmente os Estados Unidos. A Teoria Institucionalista, de Robert Keohane, afirma que as organizações internacionais podem mitigar conflitos, consequentes de um ambiente anárquico, incentivando

o foco nos ganhos absolutos possibilitados por meio da cooperação, o conflito da transição de poder EUA-China estaria longe de ser inevitável. Mesmo em condições da anarquia na qual a maioria tenderia a maximizar o poder, a teoria institucionalista indica que os Estados podem racionalmente optar por criar e sustentar a cooperação que promete benefícios a todos (apud GOLDSTEIN, 2007). As instituições oferecem maior transparência em relação a atuação dos Estados, demonstrando, também, os benefícios da ação conjunta para que os interesses mútuos sejam alcançados e o início de um conflito seja recalculado.

Os liberais partem do princípio exposto por Rousseau de que nascemos bons, mas o meio nos corrompe, ou seja, se os Estados fossem condicionados ao não conflito a existência e prática deste diminuiria drasticamente. Como se sabe, a transição de poder no passado sempre esteve pautada pelo confronto sangrento pois os Estados foram condicionados a ideia hobbesiana de que a busca pela sobrevivência traria a necessidade entrar em conflitos e aumentar a capacidade de poder para garantir a segurança. Os regimes internacionais, então, trariam a estabilidade necessária no sistema, evitando conflitos. Cabe destacar que de acordo com Krasner os “regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma área específica das relações internacionais” (KRASNER, 2012, p.93). Nessa perspectiva, acredita-se que uma China em ascensão tende a se integrar às instituições, ao invés de desafiar, a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos e a medida que vai se adequando às regras e normas tenderia a se condicionar cada vez mais ao desenvolvimento pacífico e ao não-conflito.

Como pontua Avery (2007), a cooperação não precisa estar enraizada nos valores e crenças políticas chinesas, mas no reconhecimento de que a integração com as instituições é essencial para a própria busca de riqueza e poder do país. Os líderes chineses parecem reconhecer os benefícios econômicos que obtém com a integração internacional para sustentar o crescimento econômico necessário para que a China se torne uma verdadeira grande potência, tendo em vista a progressiva inserção da China em organizações internacionais – Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Asiático de Desenvolvimento, Organização Mundial da Saúde. “*Liberals hope that these rising powers will integrate smoothly into a well institutionalized international economic order that will foster democratization backed by their expanding middle classes*” (SNYDER, 2012, p.2), por conseguinte, é do interesse chinês criar um ambiente livre de guerra considerando que para dar continuidade a sua modernização e desenvolvimento um conflito em grande proporção

prejudicaria tal missão. O país tem participado e adotado inúmeras regras e instituições internacionais, o que reforça a evidência do caráter de transição pacífica de poder proposto.

2.3 – Uma terceira categoria, construtivista, visualizada na Teoria da Transição de poder?

Diferentemente das outras abordagens teóricas, a teoria da transição de poder vem, justamente, explicar especificamente esses períodos de ascendência de uma nova potência oferecendo uma perspectiva distinta das teorias clássicas, que ao invés de diferenciar política doméstica da internacional, mostra um quadro da política mundial integrado vertical e horizontalmente. Apesar de já existir na academia, a *Power Transition Theory* (PTT) não recebeu muita atenção dos acadêmicos na maior parte do mundo. Somente no século XXI com o rápido crescimento da China e as especulações sobre seus possíveis impacto na ordem internacional e na região do leste asiático é que a teoria recebeu grande atenção (KIM; GATES, 2015). A PTT foi formulada inicialmente por AFK Organski, o qual previu o potencial aumento da China e seu impacto na segurança internacional, seguindo com as aplicações de Ronald L. Tammen, Jacek Kugler e Douglas Lemke. A medida que a China foi se desenvolvendo a abordagem da teoria da transição de poder recebeu nova atenção da academia.

O pensamento inicial de Organski aponta com preocupação a crescente riqueza da China em relação aos Estados Unidos, avaliando o momento em que a China insatisfeita pode estar em paridade com os EUA. A transição de poder de acordo com Abramo (1969, apud LAI, 2011): trata-se de um aumento significativo do poder nacional de uma grande nação (em termos de tamanho demográfico e territorial) como resultado do rápido desenvolvimento econômico e é o impacto desse poder crescente no sistema internacional sobre a posição da nação dominante que abre a possibilidade para um período de transição de poder. Essas possíveis mudanças na distribuição criariam, então, as condições para um conflito, na qual a guerra se aproxima quando o poder nacional de um candidato entra em paridade com a nação dominante. Espera-se que poderes em ascensão insatisfeitos entrem em conflito com o poder dominante.

Por trazer essa ideia de que uma transição de poder geralmente leva ao escalonamento de um conflito e devido ao seu foco nas relações de poder, tal teoria é normalmente classificada como parte da escola realista, contudo, aquela se difere substancialmente desta em termos de conceitos e metodologia. O principal ponto destoante, como esboçado por Carsten e Iris Wurn (2013), é o fato de a teoria realista assumir que o princípio de ordenação do sistema internacional é a anarquia enquanto a PTT enxerga a política internacional como menos caracterizada pela anarquia e mais por uma hierarquia, a qual é estável e supervisionada devido

a presença de um poder dominante (o mais poderoso), ou seja, as relações dentro e entre as nações não são governadas pela via de mão dupla da anarquia, mas variam com base na satisfação ou na sua ausência. É por meio da satisfação, como coloca Ronald, Kugler e Lemke (2017), que se tem uma ligação entre os conceitos de anarquia e cooperação. A PTT não desafia a noção de que os Estados irão agir como se estivessem em anarquia quando ameaçados, mas isso não se aplica em tempos de paz. Quando as nações compartilham as mesmas avaliações do *status quo*, elas coordenam de forma voluntária esforços e cooperam para alcançar metas conjuntas.

Segundo; o líder da hierarquia é designado como nação dominante e não uma hegemonia, e essa nação dominante é que detém poder dentro de uma hierarquia e tenta administrar o sistema global ou regional com uma coalizão de Estados apoiadores satisfeitos. Ou seja, na transição não se trata apenas de uma questão de maximização do poder, a fim de garantir a segurança e sobrevivência - como expressado no realismo ofensivo defendido por Mearsheimer – há muito mais em jogo, toda uma ordem e estrutura do sistema internacional. Como observado, para pensadores como Gilpin e Keohane um ator hegemônico pode impor unilateralmente regras que criem estabilidades diferente da PTT em que um poder dominante lidera criando satisfação e não medo, sendo a hegemonia um fenômeno raro na política global.

Terceiro; a teoria da transição não prevê que todas as transições sejam violentas ou que fatalmente haverá uma guerra entre EUA e China, como o realismo de Mearsheimer e Gilpin (KIM; GATES, 2015). É preciso ressaltar, também, que se trata de uma teoria viva, está em constante crescimento e refinamento com o passar dos anos e isso a caracteriza como um modelo dinâmico e estrutural para se analisar as mudanças no poder global.

Tendo isso entendido, fica claro que mudanças ocorreram na PTT ao longo do tempo tendo em vista os mais de 50 anos e quatro gerações de estudiosos. Atualmente a teoria se mostra mais ampla e detalhada em relação ao pensamento primário de Organski. Em suma a teoria da transição de poder fornece uma ferramenta probabilística pela qual se mede as mudanças estruturais que preveem como as mudanças prováveis nas táticas de cooperação ou confronto afetarão a probabilidade de preservar a paz ou travar guerra, trazendo consigo uma sensação intuitiva que maximiza sua utilidade na interpretação de eventos atuais (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2017). Ligado a isso estão as principais variáveis as quais a teoria se baseia - hierarquia, satisfação e poder – em busca de estipular as interações entre as elites nacionais e o *Status quo* existente (regras e normas internacionais) identificando se o país em ascensão está satisfeito ou não com sua posição de hierarquia.

Para entender a dinâmica internacional a teoria da transição de poder observa-se as taxas de crescimento que relacionam ao aumento de poder de um país. Ao se referir ao poder, a PTT tem desenvolvido os conceitos e indicadores que caracterizam o que seria um aumento ou queda desse poder. O PIB é uma das medidas de poder juntamente com o Índice Composto de Capacidade Nacional (CINC), o qual agrega gastos militares, pessoal militar, consumo de energia, produção de ferro e aço, população urbana e população total. Devido aos problemas com dificuldade de avaliar efetivamente as sociedades e prever o poder devido a variação dos componentes ao longo do tempo, o que implica falhas em explicar com precisão o desempenho político dos países, novos indicadores foram sendo agregados à medida que os estudos sobre a *power transition theory* se desenvolveram. Como explicita Ronald, Jacek e Douglas (2017), uma versão revisada incluiu a população, produtividade, desempenho político - este é importante para entender os resultados de conflitos como as guerras mundiais. Adicionado ao último tem-se um gradiente de potência, capacidade extrativa material, o alcance dentro das populações e por fim, o componente de alocação, uma medida proposta por Abdol Lahim, que preenche a lacuna intelectual avaliando a capacidade de alocação dos governos para promover os crescimentos econômicos. *“The concept of power rests at the heart of Power Transition theory but, by including political performance, it is far different from the power concepts traditionally associated with realist theories”* (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2017, p.5), deste modo o conceito de poder para a PTT se refere ao PIB, CINC - população, produtividade – e desempenho político (extração, alcance e alocação). Tais medidas são correspondentes a respectiva análise de crescimento da China e que a faz ser identificada como principal possível desafiante a ordem estabilizada pelos estadunidenses.

O conceito de hierarquia explica o entendimento de como um Estado dominante, no caso os Estados Unidos, se caracteriza para a continuidade, estabilidade do sistema e ordenamento internacional. Há no topo a hierarquia do sistema um poder dominante, o qual é responsável pela estabilidade da ordem presente; em seguida o grupo de grandes potências composto por países satisfeitos ou insatisfeitos. Os países satisfeitos fazem parte da coalizão que apoia o poder dominante, estas nações satisfeitas coordenam esforços por meio de alianças e organizações internacionais para a administração pacífica do sistema (comércio internacional, política mundial, segurança). A PTT recusa os conceitos de hegemonia e anarquia dos pensamentos clássicos por acreditar que um poder dominante lidera criando satisfação e não o medo, cooperando ao invés de entrar em conflito e compartilhando recursos ao invés de brigas pela alocação destes (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2017), ou seja, o líder no caso é visto como dominante, mas não hegemônico. Teóricos realistas e liberais, como Robert Gilpin e

Keohane defendem o argumento de que um ator hegemônico pode impor de forma unilateral regras que geram a estabilidade. A hierarquia regional interage com a global à medida que as regras dentro de hierarquias regionais correspondem às do nível global. Em geral as hierarquias regionais não causam impacto na global, todavia a transição regional da China parece ser uma exceção devido a todo potencial econômico, militar e populacional envolvido, que traz a possibilidade de um conflito maior que promova a mudança da hierarquia global. Não obstante, sabe-se que conforme a competição entre EUA e China se acirra, não haverá falta de oportunidades de conflitos, assim como as de cooperação.

Como visto na primeira parte deste capítulo é nítido a ascensão China, restando apenas o questionamento de Organski (1958, apud TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2017, p.21): “*The question is not whether China will become the most powerful nation on earth, but rather how long it will take her to achieve this status*”. O fato de a China se enxergada pela maioria dos teóricos como um poder em ascensão insatisfeito levanta preocupações por parte dos Estadunidenses. A satisfação e insatisfação, como argumenta Rauch e Wurm (2013) são indicadores que exprimem se uma transição pode ou não ser pacífica, tendo em vista que não apenas o poder relativo, mas também a satisfação é uma influência chave para o conflito ou cooperação internacional. Os primeiros (satisfeitos) correspondem ao grupo de países que acreditam que estão melhor, tanto em segurança quanto econômica e politicamente, com o *status quo* atual do que estariam se um país dominante diferente estabelecesse normas e regras diferentes no sistema internacional, ou seja, a satisfação é uma mistura de segurança, coordenação política e desempenho econômico. Diferentemente dos países insatisfeitos. Muito se especulou, a fim de criar uma forma para medir o nível de satisfação dos países, dentre elas estão: medição através das associações entre alianças; de acordo com o acúmulo de armas; medir a transferência de armas e os fornecedores; combinar indicadores agregados para capturas vários interesses associados ao *status quo*, como o componente de segurança das alianças; e por fim, o elemento monetário (taxas de juros e movimentação de dinheiro). Apesar das diversas formas esboçadas, a busca por uma medida válida e robusta ainda é um item inacabado na agenda de pesquisa da teoria.

Ao invés de observar apenas os conflitos graves, como na teoria realista, e separadamente a integração, como os liberais a teoria da transição de poder explica a cooperação e o conflito nas hierarquias (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2017). Para estes a satisfação leva à cooperação, que em determinada medida pode levar a integração e conforme o compartilhamento de poder do desafiante muda a gravidade do conflito varia de acordo com a política adotada. A guerra para a PTT não é predeterminada por estruturas, mas as estruturas

é que estabelecem as condições necessárias para a guerra. Destarte, um terceiro resultado além dos dois já apresentados é possível na visão da teoria da transição de poder: A socialização.

2.3.1- Socialização, aceitação ou acomodação relutante

O conflito de interesses entre Estados Unidos e China dificilmente deixará de existir, assim como seria improvável que ocorresse uma transição pacífica de poder. A acomodação relutante é o terceiro resultado possível e talvez mais provável tendo por base a relação turbulenta EUA-China. Como já foi observado na história, alguns pretextos que ocasionaram a transição de poder de forma pacífica, como foi o caso da Grã-Bretanha e EUA devido a harmonia de interesses e ideais de ambas democracias liberais. Todavia, para os Estados Unidos a mudança desejável é que o governo chinês se torne uma instituição democrática (LAI, 2011) e compartilhe dos valores e ideais do ordenamento liberal. Um poder dominante em declínio, como é o caso dos EUA, deixaria o caminho da resistência e tentativa de contenção para entrar na fase da aceitação com o objetivo de defender a ordem criada moldando a transição de poder.

Reconhecer a tendência progressiva de uma possível transição de poder permite que o poder em declínio use o período restante antes da total paridade para familiarizar o poder crescente com a ordem internacional e torná-lo um participante, em vez de um desafiante, da ordem existente como observam Harald e Carsten (2016). Trata-se de um processo complexo que vai além de uma cooperação simples, fornecendo ao poder em ascensão as rédeas do gerenciamento da ordem. É necessário, antes, identificar o tipo de desafiante para adotar determinada estratégia de gerenciamento, sabendo que naturalmente terão objetivos revisionistas, mas;

Unlimited-aims revisionists can never be managed: the Munich Agreement of 1938 for example shows how Nazi Germany gladly accepted the British and French territorial concessions regarding the Sudetenland, only in order to have a better starting position for its campaign to invade Czechoslovakia and later attack Poland.⁴³ Dealing with such an adversary indeed leaves only resistance or submission as realistic choices (MULLER; RAUCH, 2016, p.44, 45)

Como se sabe, este não parece ser o caso da China que sustenta o discurso de uma “construção harmoniosa do mundo”. Sob esse pretexto eles argumentam que diferente de como pensam os países desenvolvidos que são democráticos, o governo autoritário em países em desenvolvimento, como o presente na China, fornece a estabilidade necessária para o progresso.

Essa construção harmoniosa do mundo é a alternativa da China para lidar com os conflitos internacionais de maneira diferente da ordem liderada pelos EUA, é um avanço nos esforços do país para tomar iniciativa a fim de promover mudanças na política mundial e assumir o direito e poder de ter uma voz nos assuntos internacionais. “*the harmonious world construct gives a new lease on life to Confucianism and communism*” (LAI, 2011, p.90), dando oportunidade a china de continuar seu crescimento sem a necessidade de transformar-se totalmente em uma democracia liberal.

Deve-se ter em mente que uma mudança total da ordem existente seria quase impossível, uma vez que esta, diferente das outras, é mais complexa e abrangente justamente por possuir um conjunto denso de regras e instituições. Deste modo, como expressa Lai em *The United States and China in Power Transition*, os líderes chineses devem ter em mente que a construção harmoniosa é sobre a melhoria da ordem internacional existente e não um projeto para substituí-la, para isso é importante analisar profundamente os fundamentos clássicos de Confúcio a saber das implicações negativas para a construção harmoniosa do mundo, pois esses parecem funcionar sobre uma ordem autoritária e não liberal. O mais indicado, então, é que a China busque por meio de uma reforma política um governo mais democrático, para sua evolução pacífica e expansão das ideias de um mundo mais harmonioso. A reforma produzirá um tipo de democracia socialista com características chinesas (LAI, 2011), o que provavelmente não irá remover os conflitos entre EUA e China, porém os diminuirá tornando a transição de poder menos problemática e mais próxima a uma possível aceitação mesmo que relutante.

Ao argumentar sobre esse processo de aceitação, Muller e Rauch (2016) criticam a preocupação com o relacionamento de transição de poder puramente bilateral (EUA-China), pois o foco estreito a esse tipo de transição raramente reflete as relações de poder no sistema internacional. Ou seja, um período de transição de poder abre a possibilidade para muitos outros atores insatisfeitos com o ordenamento internacional – outras grandes potências – tentarem ocupar o lugar do dominante para promover seus próprios interesses. Sabendo disso, a melhor estratégia é o envolvimento de outras grandes potências do sistema internacional para moldar a ordem internacional, visando neutralizar quaisquer outras possibilidades de surgimento de conflito e outros atores em busca de poder.

Finalmente, de acordo com Ronald, Jacek e Douglas (2017), o objetivo da socialização é convencer os desafiantes a adotar princípios incorporados no *status quo* antes que as condições de guerra estejam maduras. Trata-se do esforço do poder dominante para manipular o desafiante e o fazer estabelecer incrementos de satisfação para aceitação de regras e normas já estabelecidas no sistema internacional. Para a aplicação bem-sucedida da socialização a

China deve se socializar, visto que o desafiante em potencial modificou sua ideologia, adotou uma forma do sistema corporativo e está engajado ativamente em uma gama de organizações internacionais multinacionais.

2.4- Uma visão puramente ocidental?

Apesar de se colocar como uma teoria distinta e independente, a terceira categoria a qual é apresentada na teoria da Transição de Poder traz um viés construtivista ao argumentar acerca da socialização e por apresentar um posicionamento que pode ser identificado não como realista nem liberal, mas um intermediário entre ambos. Isso pode ser visualizado nas argumentações de Wendt (1992) que busca construir uma ponte entre as duas tradições (realismo-liberalismo) com o foco na construção social da identidade e dos interesses. A interação entre os agentes é que possibilita a configuração dos interesses e identidades formados, ou seja, as atribuições de identidades aos diversos atores do sistema internacional é que caracterizam os posicionamentos e ações de um Estado para com outro, sendo os interesses defendidos pelos atores por meio desta atribuição de identidades. “As ameaças sociais são construídas, não naturais” (WENDT, 1992, p.441). Então, a socialização poderia gerar uma mudança na atribuição de identidade e respectivamente de interesses, mudando a interação entre Estados Unidos e China em meio a ascensão deste último.

Os referidos debates levam a pensar três categorias distintas que podem qualificar a ascensão da China e a ordem internacional: uma primeira englobado no debate realista acerca da contenção; a segunda observada a argumentação liberal que diz respeito a integração e uma última centrada na Teoria da Transição de poder que traz o que parece ser uma terceira categoria, a qual pode ser englobada como parte de um pensamento primordialmente construtivista, a socialização. O engajamento não apenas se harmoniza teoricamente com o liberalismo, mas também é defendido factualmente pelo construtivismo por meio dos esforços da socialização. Estes certamente avançaram o conhecimento sobre os processos e mecanismos da socialização do Estado em um mundo cada vez mais baseado em regras (YANG, 2017). Como o objetivo desta monografia é a realizar uma análise e atualização do trabalho da ex-aluna Juliana Ribeiro Costa³, as categorias, contenção e integração, selecionadas fazem

³ "A ascensão chinesa e a hegemonia norte-americana: Contenção e Integração na análise das relações internacionais contemporâneas". Encontrado no repositório institucional do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Disponível em: <
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3393/3/20565642.pdf>.

correlação com as duas categorias trabalhadas pela ex-aluna. Destarte, foi acrescentado uma terceira categoria, a da socialização, como forma de diversificar e aprofundar a análise acerca da visão acadêmica para com a progressiva ascensão chinesa.

A noção de contenção utilizada, para análise da visão dos acadêmicos da área, neste trabalho é a de ação ou política empregada para prevenção da ascensão de uma força visualizada como hostil. Ou seja, os chamados "*containment*", "*retrenchment*" ou "*offshore Balancing*", utilizando a estratégia de criação e fortalecimento de alianças, visando monitorar o poderio em ascensão ou como forma de exercer poder de barganha; e o acúmulo de armamentos como prevenção ao conflito. A integração está relacionada ao aumento da interação e cooperação entre os Estados, ou estes em relação às organizações internacionais na medida em que se amplia a interdependência, diminuindo a probabilidade de que ocorra um conflito. Já a socialização está ligada a ideia da busca pela construção/molde de uma identidade e transição de poder, para que seja mais receptiva ao *status quo* atual liderados pelos Estados Unidos, sabendo que nem o conflito nem a cooperação são inevitáveis.

Cabe ressaltar que, essas discussões expressão perspectivas puramente ocidentais acerca da ascensão da China, uma vez que, como visto anteriormente, há um domínio do ocidente no campo das relações internacionais. Tem-se em mente que o pensamento clássico de Teoria das Relações Internacionais pode não ser o mais adequado e aplicável para explicar o posicionamento chinês perante a aproximada paridade com os Estados Unidos por se tratar de uma visão baseada puramente na experiência europeia. Como mostra John Ikenberry (2018), a ordem internacional existente não é apenas produto do poder estadunidense, mas de dois projetos de longo prazo: o projeto Vestfaliano e o internacional liberal. A paz de Vestfália é vista como o momento decisivo em que os princípios de soberania, integridade territorial e não-intervenção refletiram na ordem política europeia em evolução e conseqüentemente se tornaram universais. Esse sistema ocidental forneceu base para o projeto internacional liberal, o qual envolveu esforços das grandes potências liberais para orientar a política mundial. Assim, toda uma estrutura vem reforçar um ordenamento que representa o ocidente, deixando de lado as outras formas de pensamento.

Tendo isso observado, o próximo capítulo traz uma análise comparativa de como os acadêmicos chineses e estadunidenses, ativos na área, enxergam a ascensão da China, ou seja, identificar em que medida tais categorias predominam ou não as visões de tais acadêmicos. A fim de que ambas visões sejam levadas em consideração para análise, buscando responder se ainda há um predomínio da visão de uma ascensão conflituosa, como destacado no trabalho da Juliana, que focalize em uma estratégia de contenção por parte dos EUA? ou se a China, pela

ótica dos acadêmicos, se mostra em ascensão pacífica, com uma maior integração ou acomodação relutante? A socialização tem um papel relevante para os acadêmicos? Para isto, foram selecionados seis principais *journals* (*Chinese Journal of international politics*, *Journal of China and International Relations*, *China Quarterly of International Strategic Studies*, *International Security*, *Foreign Affairs* e *International Affairs*) da área, seguindo o *Scientific Journal Rank*, e analisada as visões dos acadêmicos, os quais estudam justamente a questão da ascensão chinesa, que publicam e tais revistas. Levando em conta as nacionalidades de nascimento e acadêmica dos autores, assim como o número de publicações de 2010 a 2020, a data selecionada diz respeito ao ano após o trabalho da Juliana Ribeiro ter sido finalizado até a data de atual andamento deste trabalho.

3 - ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados recolhidos através da identificação dos autores que publicam nas revistas selecionadas possibilitará entender as visões dos acadêmicos, chineses e estadunidenses, da área de acordo com as três categorias já expostas. Para isto, os *journals* foram selecionados seguindo o *Scientific Journal Rankings* (2018), todavia, Devido ao número extremamente baixo de publicações e a não presença no ranking, não foram selecionados revistas cujo país seja a China, mas outras que possuem editores-chefes e autores em maioria de nacionalidade chinesa, como o: *Chinese Journal of international politics*, *Journal of China and International Relations*, *China Quarterly of International Strategic Studies*.

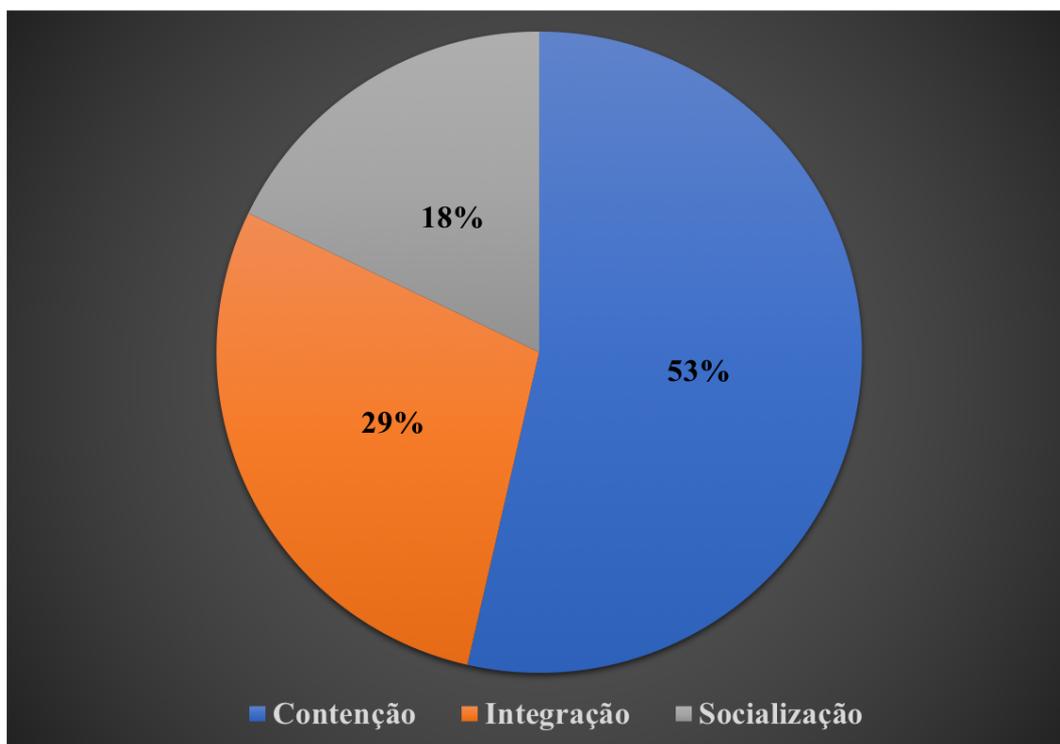
De maneira distinta ao trabalho da ex-aluna Juliana Ribeiro, voltarei minha análise apenas aos acadêmicos de nacionalidades estadunidense e chinesa. A amostra utilizada é de 59 autores, os quais publicaram entre os anos de 2010 a 2020 sendo selecionado de 2 a 6 autores por ano. Inicialmente desenvolver-se-á a análise referente às nacionalidades de nascimento, em seguida as acadêmicas, uma análise geral dos autores chineses e estadunidenses de acordo com as revistas mais e menos bem ranqueadas e finalmente, o estudo das categorias e nacionalidades, relativas aos Estados Unidos e China, de acordo com os anos de publicação desses acadêmicos.

3.1- Visão dos autores por nacionalidade

Neste primeiro tópico os autores foram separados por nacionalidade, local de nascimento, classificando-os de acordo com as categorias de contenção, integração e

socialização. Segue abaixo o gráfico que representa os acadêmicos de nacionalidade estadunidense (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Integração, Contenção e Socialização por nacionalidade estadunidense



Fonte: elaborado pela autora, 2020

A categoria de maior destaque é a da contenção, o que enfatiza o caráter pessimista dos acadêmicos de nacionalidade dos Estados Unidos para com a ascensão chinesa, *"If the United States and its allies are able to engage in sustained resistance, China's leaders may eventually be forced to reconsider their present path"* (FRIEDBERG, 2020, p.164). Sendo assim, 53% dos autores detêm uma visão contencionista, 29% integracionista e 18% de socialização. Tais dados levam a pensar que pela ótica estadunidense a China representa uma grande ameaça a hegemonia e que precisa ser detida, seja por uma estratégia de *"deep engagement"*, *"offshore balancing"* ou *"retrenchment"*.

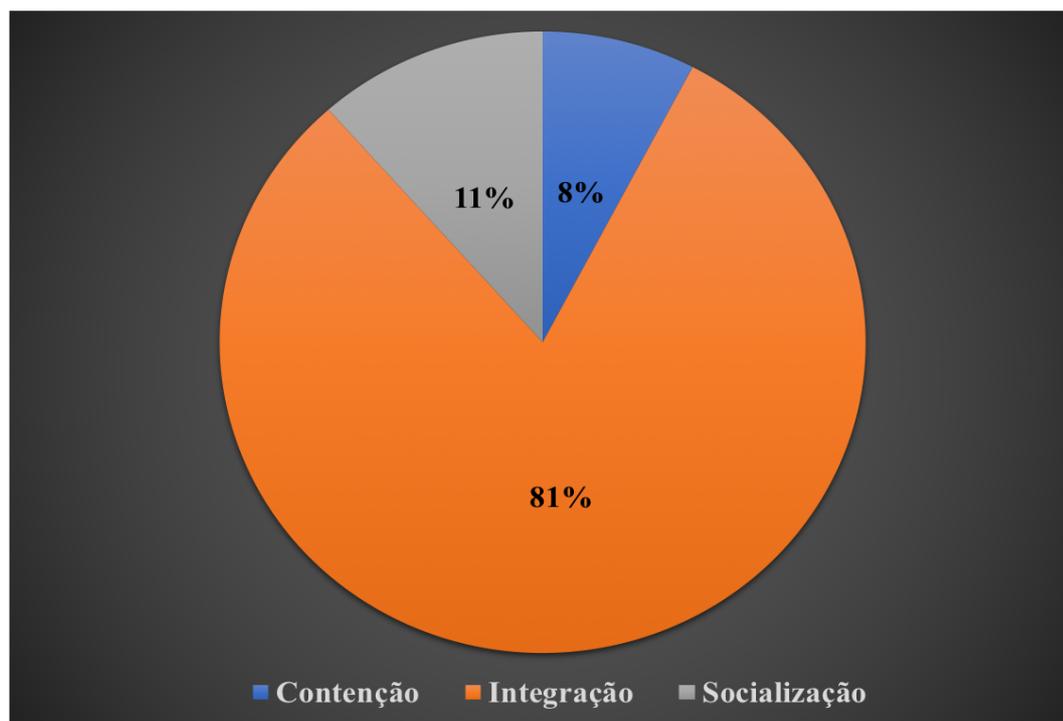
Em suma os defensores do *"deep engagement"* e *"offshore balancing"* compartilham uma visão otimista do poder militar dos Estados Unidos (MONTGOMERY, 2014). Os primeiros argumentam que os EUA devem manter suas garantias de segurança, uma vez que a contenção pode encorajar agressões e reacender rivalidade. Os segundos, constatam que o país deve repensar sua garantia de segurança, confiando nas nações locais para preservação da estabilidade na região e apenas intervir quando estas já não conseguem mais.

A China, principalmente sob o governo de Xi Jinping teria deixado os ideais de Deng Xiaoping de "esconder suas capacidades e aguardar seu tempo" para um posicionamento cada vez mais assertivo no ordenamento internacional. Como coloca Goldstein (2020), os observadores perceberam uma mudança no comportamento da China no Leste Asiático que era inconsistente com sua ênfase desde meados de 1990 na promoção da cooperação, a abordagem da grande estratégia de rejuvenescimento do país por Xi, não parece ter restaurado as circunstâncias internacionais favoráveis a ascensão chinesa, tal questão, pode estar relacionado diretamente a motivação dos acadêmicos para uma visão mais contencionista. Pois desviar Pequim de seu objetivo exige medidas defensivas, em que deve haver um forte componente ofensivo, a fim de negar os objetivos imediatos da China e demonstrando a vulnerabilidade da sua estratégia, objetivando reduzir a influência e ameaça chinesa.

Todavia, em segundo e terceiro plano as categorias integracionista e de socialização representam uma parte menor dos acadêmicos, os quais acreditam que a interdependência e o aumento da interação entre os países diminui a possibilidade de conflito ou que a socialização chinesa para uma identidade mais democrática e receptiva ao *status quo* pode levar a uma acomodação e aceitação do papel de grande importância da China no ordenamento internacional.

Logo abaixo, é possível visualizar a perspectiva dos acadêmicos de nacionalidade chinesa (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Integração, Contenção e Socialização por nacionalidade chinesa



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Destoando dos resultados de autores estadunidenses, os de nacionalidade chinesa representam majoritariamente, 81%, a categoria integracionista. Apesar de um predomínio contencionista nos estadunidenses a diferença entre esta categoria para com a de socialização e integração não é tão drástica como a visualizada na análise de dados dos acadêmicos chineses. É quase unânime a visão integracionista para os estudiosos chineses, o que reflete no pensamento de que a China não se coloca como ameaça a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos, mas um país em ascensão pacífica que busca colaborar para a construção de um mundo melhor.

Championing developing nations' interests, China must on the one hand continue to promote reforms of existing international institutions, and, on the other hand, participate in the institution-building process in such new strategic domains as cyberspace, polar regions, oceans, and outer space, where international norms, rules and regulations are still in the making. At the same time, vigorous efforts should be made to promote multilateral cooperation in programs like educational exchanges, civilizational dialogues, and environmental protection to improve the welfare of humanity as a whole (KEJIN, 2019, P. 13)

A China, para a maior parte dos estudiosos chineses, visa não destruir a ordem existente, mas melhorá-la de forma a contribuir para um ambiente de maior engajamento e desenvolvimento do multilateralismo. Em seguida, na análise, tem-se a categoria da socialização com 11% e da contenção com apenas 8%. Isso demonstra a diferença de identificação quanto a ascensão chinesa para ambas nacionalidades de acadêmicos, o que afeta diretamente nos tipos de ações que cada país tem uma para com o outro, pois "*the influence of these intellectual constructs extends far beyond university classrooms and tenure committees. Policymakers and public commentators invoke elements of all these theories when articulating solutions to global security*" (SNYDER, 2004, P. 54), ou seja, a análise acadêmica é levada em conta quando se trata de buscar ações políticas para as questões de segurança.

A tabela abaixo ilustra o número de autores em cada categoria, a fim de se ter uma visão numérica mais específica.

Tabela 1 - Número de autores por categoria

Contenção	Integração	Socialização	Nacionalidade
2	21	3	China
15	8	5	Estados Unidos

Fonte: elaborado pela autora, 2020

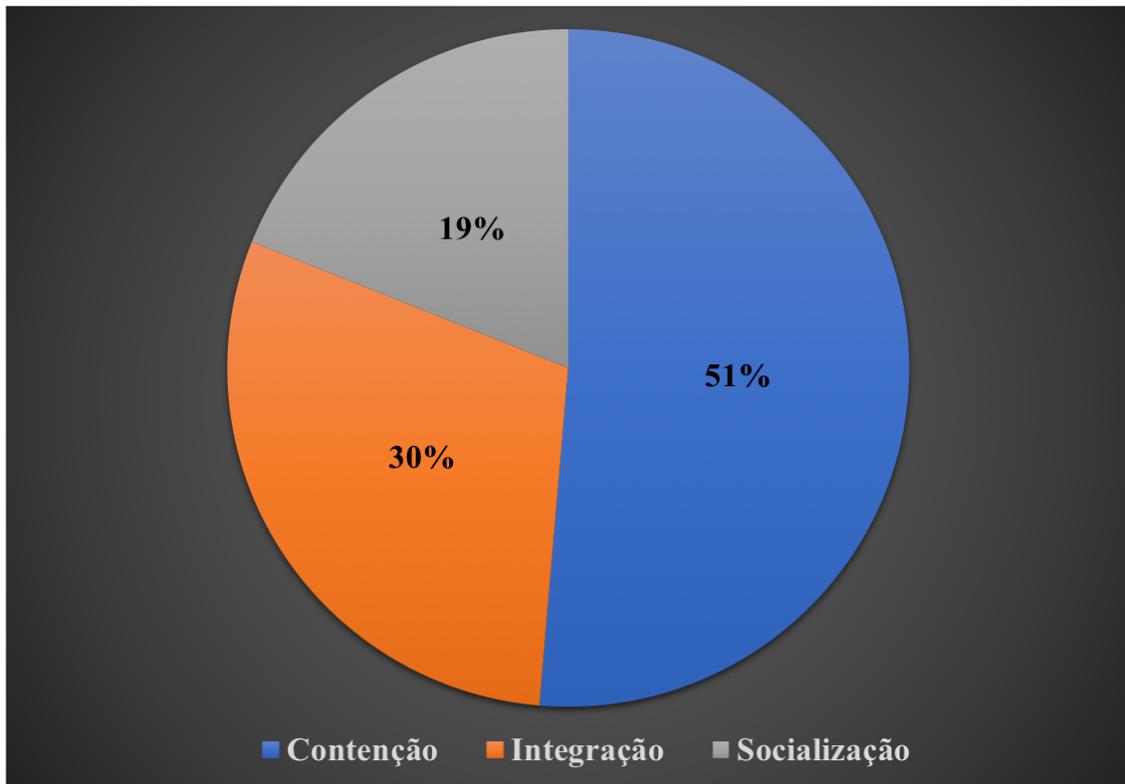
Do total de autores com nacionalidade chinesa, 26, e estadunidense, 28, se mostra claro a preponderância do primeiro na integração, com 21, e o segundo na contenção, com 15. A socialização é a que mais se assemelha em números nos dois casos, uma categoria menos contrastante, de paridade.

3.2- Visão dos autores por nacionalidade acadêmica

Aqui a nacionalidade acadêmica diz respeito ao país de atual trabalho ou ao de formação acadêmica, tendo em vista que diversos autores os quais nasceram em determinado lugar possuem toda sua vida acadêmica em outro, o que pode modificar suas percepções acerca da ascensão chinesa. O objetivo, então, é o de observar se existem realmente distinções dada a nacionalidade acadêmica dos autores.

Segue o gráfico 3 o qual representa os autores de nacionalidade acadêmica estadunidense.

Gráfico 3 - Integração, Contenção e Socialização por nacionalidade acadêmica estadunidense



Fonte: elaborado pela autora, 2020

A categoria da contenção é predominante entre os acadêmicos com nacionalidade acadêmica estadunidense, da mesma maneira que o é para os nascidos nos Estados Unidos. Tendo em vista que o número de acadêmicos neste segmento é relativamente maior que os apenas nascidos nos EUA, a porcentagem mantém-se comparativamente quase inalterada, a categoria da integração e socialização obtiveram um aumento de 1% enquanto a da contenção reduziu em 2%. Os 2% perdidos na contenção parecem ser referentes ao acréscimo de 1% na socialização e integração.

Ainda sim, é nítido o domínio da ótica contencionista entre os autores nascidos e que trabalham nos Estados Unidos, o que de certa maneira enfatiza a abordagem pessimista para se pensar a ascensão da China. O aumento na categoria integracionista e de socialização pode estar relacionada ao acréscimo, apesar de bem baixo, de outras óticas culturais dada a nacionalidade de nascimento distinta de alguns dos autores classificados com a nacionalidade acadêmica dos EUA. Como é o caso de Xiaoyu Pu, Qi Hao e Fareed Zakaria que possuem nacionalidade acadêmica estadunidense, porém nascidos na China (os dois primeiros) e Índia respectivamente.

Logo abaixo destaca-se o gráfico 4 correspondentes aos acadêmicos de nacionalidade acadêmica na China.

Gráfico 4 - Integração, Contenção e Socialização por nacionalidade acadêmica chinesa



Fonte: elaborado pela autora, 2020

A integração representa quase o total do número de acadêmicos com nacionalidade chinesa, 94%, porcentagem extremamente elevada que demonstra o viés pacificador e integracionista destes para com o desenvolvimento e sucessiva importância da China no sistema. A contenção é pontuada com apenas 6%, de fato o pensamento pessimista é mínimo tanto para acadêmicos nascidos na china quanto para os que ali trabalham. Nesta categoria todos os autores cuja nacionalidade acadêmica é chinesa, também sua nacionalidade de nascimento o é, isso serve como norte para entender como os chineses, de nascimento e nacionalidade acadêmica, em si enxergam a ascensão de seu país no ordenamento internacional.

Apesar de menos recorrente em ambas nacionalidades de autores, os autores que defendem a categoria da socialização ou aceitação se referem ao papel que a potência que lidera o ordenamento, Estados Unidos, possui para familiarizar o poder crescente, China, com o sistema internacional e torná-lo um participante e não um opositor que busca uma mudança total do ordenamento existente. Como coloca Daniel, Ronald e Randall (2020), é a hora de

passar para o estágio de aceitação e não mais buscar uma grande estratégia como da contenção e engajamento.

Aqui o número da categoria de socialização corresponde a 0%, ideia possivelmente deixada de lado devido ao histórico opressor de colonização que levou a China a realizar mudanças, *"the push for change came in the way of Western invasion and humiliation"* (LAI, 2011, P. 31). Por isso o enfoque em argumentações que expressam o desenvolvimento chinês e sua inserção e integração para com os países e não a idealização de um processo de socialização, o qual possibilita a acomodação da China no ordenamento. O fato de a categoria de socialização ser de 0%, não significa a não presença de acadêmicos chineses favoráveis a teoria construtivista, uma vez que, como explicitado anteriormente, as teorias selecionadas são utilizadas como uma estrutura conceitual para se pensar as categorias de contenção, integração e socialização e não como identificação epistemológica dos acadêmicos. Desta maneira, duas categorias se destacam a de integração e contenção.

De maneira geral, como pode se visualizar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Número de autores por categoria

Contenção	Integração	Socialização	Nacionalidade Acadêmica
1	17	0	China
19	11	7	Estados Unidos

Fonte: elaborado pela autora, 2020

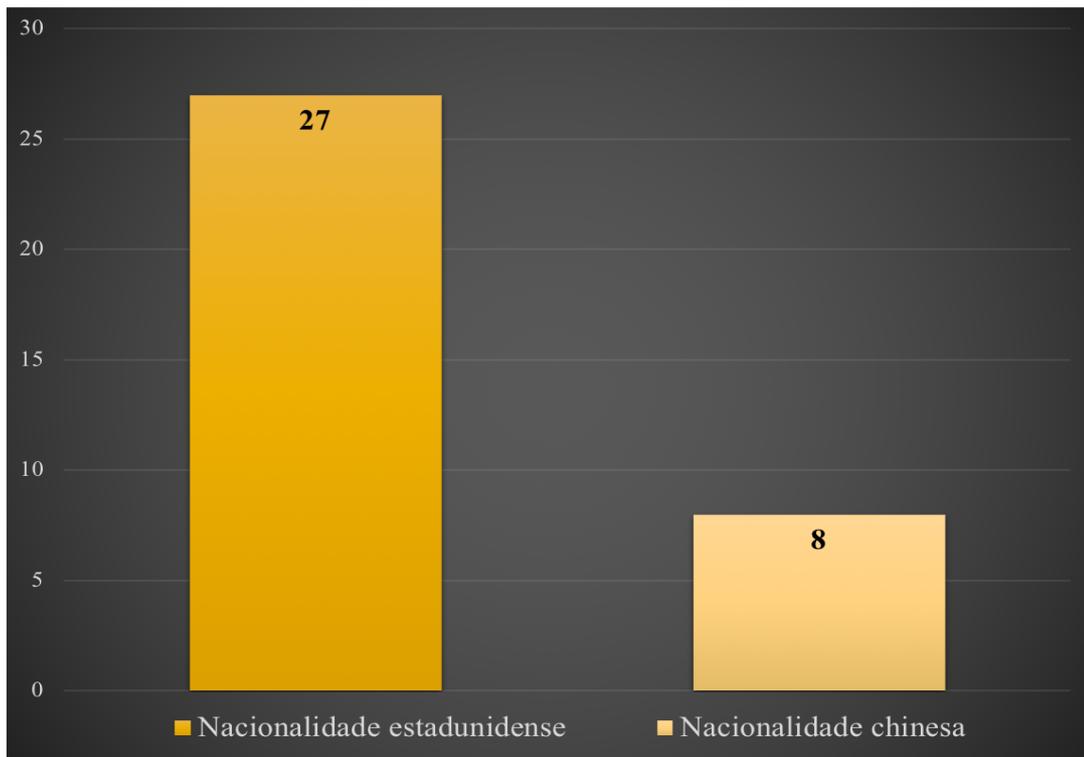
Dos 18 autores cuja nacionalidade acadêmica é da China, apenas 1 está na categoria da contenção. Enquanto dos 37 dos EUA, 19 estão na categoria de contenção, 11 na de integração e 7 na de socialização. É observado também, o número majoritário de acadêmicos com nacionalidade acadêmica estadunidense que publicam nas revistas, como mostra Waeber (1998) as RI's tem sido dominada pelos estadunidenses, principalmente quando se trata do número de publicações na área.

3.3 - Um panorama geral

A fim de se ter uma visão mais geral a respeito do número de acadêmicos - cabe destacar que os acadêmicos aqui analisados correspondem apenas aos de nacionalidade acadêmica ou de nascimento chinesa e estadunidense - que publicam nas revistas, evidencia-se os gráficos abaixo também divididos em nacionalidade de nascimento e acadêmica.

O gráfico 5, representa o número de estudiosos de nacionalidade de nascimento, aferindo a quantidade de chineses e estadunidenses que publicam nas revistas mais renomadas de RI, a respeito do tema “ascensão chinesa”. A primeira categoria de revistas, que estão entre as 90 mais bem ranqueadas, são as: *International Security*, com um H Index - o qual quantifica a produção científica - de 103; *Foreign Affairs*, com um H Index de 90 e *International Affairs*, com o H Index de 76..

Gráfico 5 – Nacionalidade dos autores que publicam na *International Security*, *Foreign Affairs* e *International Affairs*.



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Gráfico 6 – Nacionalidade acadêmica dos autores que publicam na *International Security*, *Foreign Affairs* e *International Affairs*.

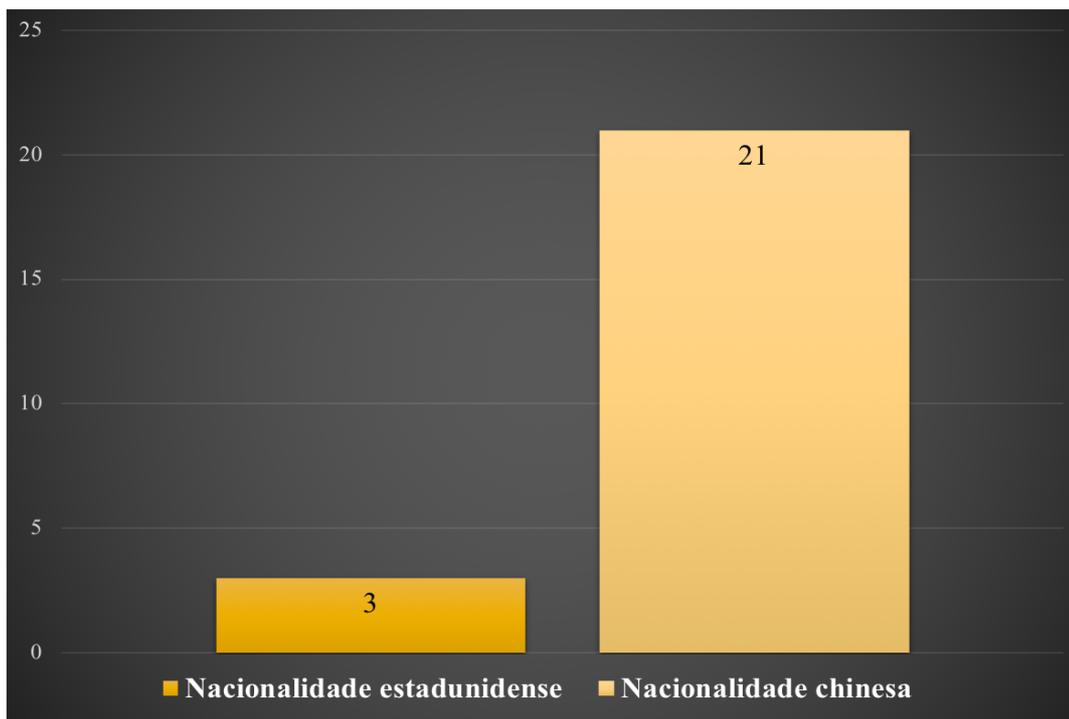


Fonte: elaborado pela autora, 2020

O número de estudiosos nas três revistas utilizadas neste trabalho, as quais são umas das mais bem ranqueadas na área, é majoritário de origem estadunidense, seja de acordo com a nacionalidade acadêmica ou de nascimento. Representando 27 (77%) e 33 (87%) dos que publicam nas revistas, fica nítido a preponderância dos Estados Unidos nas principais fontes de estudos da disciplina de RI, enquanto os autores de nacionalidades chinesa correspondem a 8 (23%) e 5 (13%).

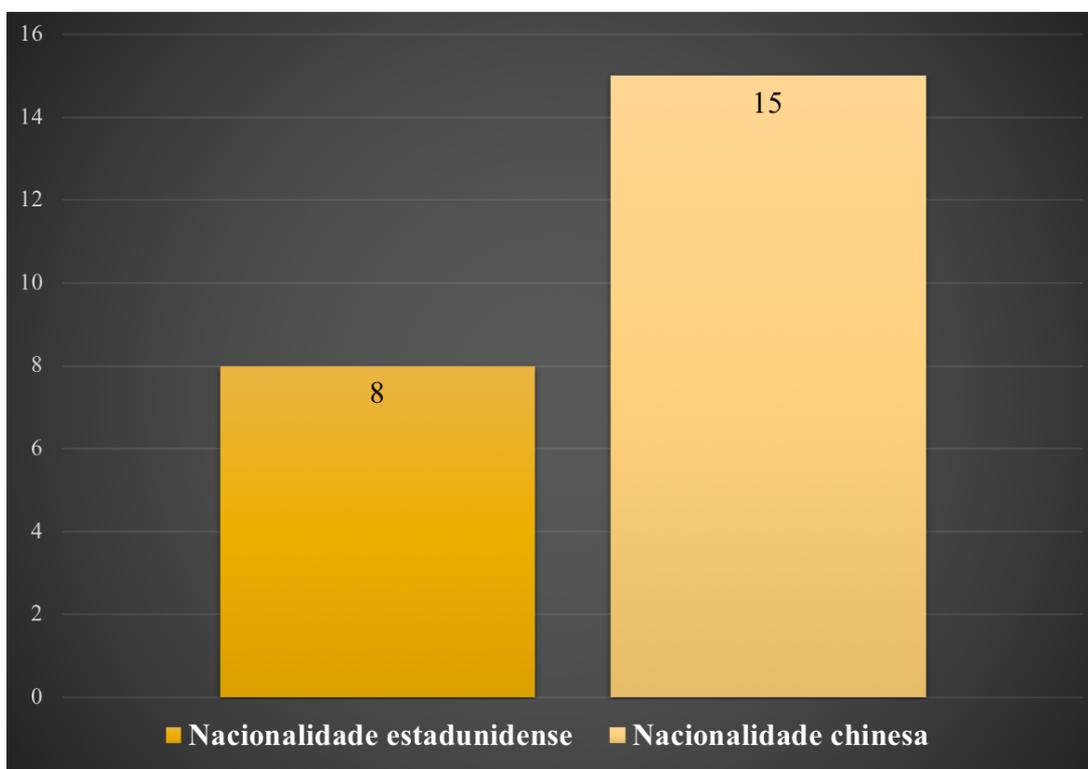
Em seguida, é visualizado a número de acadêmicos que publicam em revistas menos renomadas da área, todavia possuam um viés voltado para o estudo da China, são as revistas: *Chinese Journal of international politics*, com o H Index de 26; *China Quarterly of International Strategic Studies*, H Index de 4 e *Journal of China International Relations*, H Index de 1.

Gráfico 7 – Nacionalidade dos autores que publicam na *Chinese Journal of international politics*, *China Quarterly of International Strategic Studies*, *Journal of China International Relations*



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Gráfico 8 - Nacionalidade acadêmica dos autores que publicam na *Chinese Journal of international politics*, *China Quarterly of International Strategic Studies*, *Journal of China International Relation*



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Nas revistas menos reconhecidas da área e que possuem baixo número de publicações, é destacada a presença preponderante de autores chineses, 21 (88%) e 15 (65%), enquanto o número de autores de nacionalidade de nascimento e acadêmica estadunidenses representam, respectivamente, 3 (12%) e 8 (35%). Ainda sim, o número de estudiosos estadunidenses é parcialmente maior, nesta categoria de revistas, que os de chineses nas revistas mais bem renomadas.

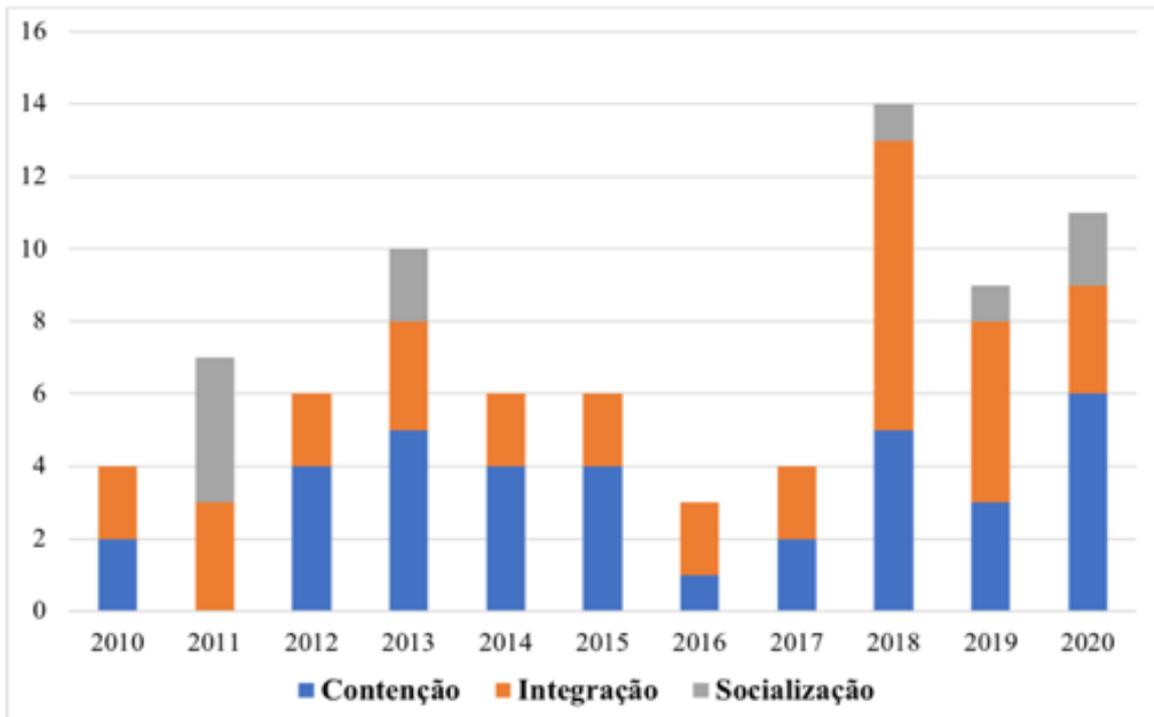
De maneira geral, é nítido o domínio dos Estado Unidos no estudo das relações internacionais, fazendo prevalecer seus pensamentos na disciplina e tornando marginal a perspectiva de outras nacionalidades.

Tendo visualizado que as revistas mais bem ranqueadas da área são predominadas pelos Estados Unidos e as menos conhecidas pelos chineses e a fim de aprofundar a análise, a próxima seção trará o número de publicações em relação aos anos – 2010 a 2010, seguindo a divisão das revistas e nacionalidades.

3.4- Análise das categorias em relação aos anos - 2010 a 2020

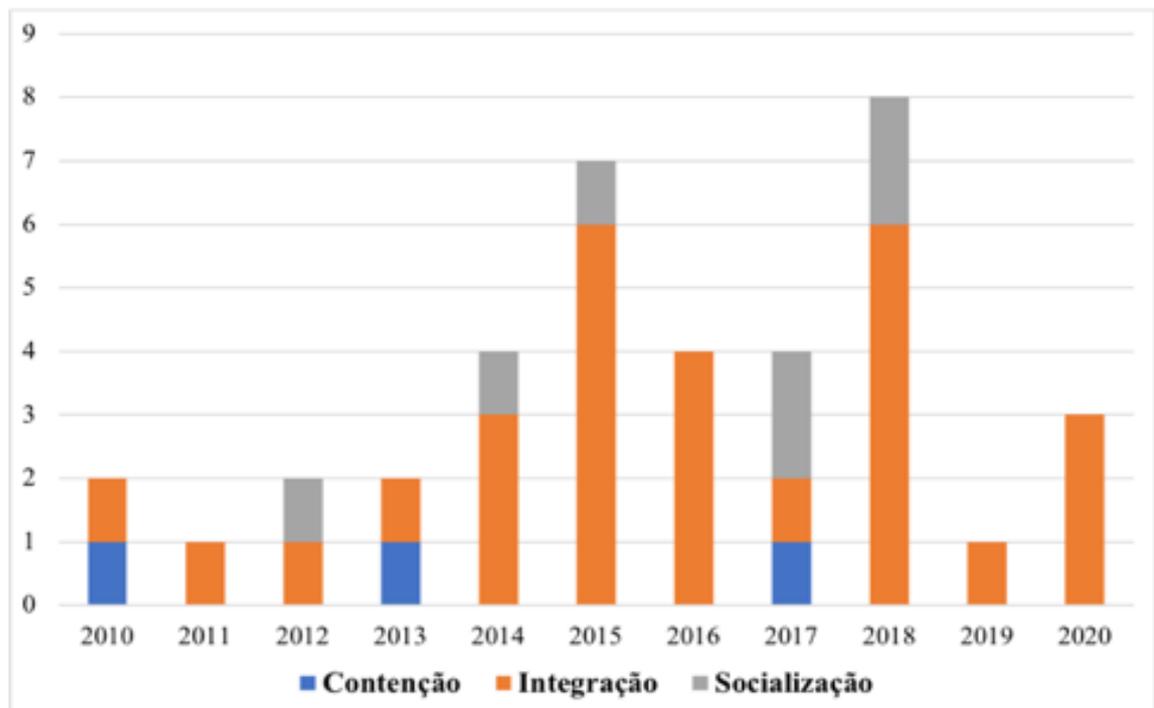
Inicialmente será analisado em cada ano o número de publicações, dos autores selecionados, de acordo com as três categorias, tendo por base as revistas de origem estadunidense e inglesa, que expressam a perspectiva ocidental, e sem seguida as que abordam especificamente sobre a China. É observado no gráfico 5, logo abaixo.

Gráfico 9 - Publicações por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização) nas revistas: *International Security, Foreign Affairs e International Affairs*



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Gráfico 10 - Publicações por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização) nas revistas: *Chinese Journal of international politics, Journal of China and International Relations, China Quarterly of International Strategic Studies*



Fonte: elaborado pela autora, 2020

É observada a variação das categorias com relação aos anos, ao decorrer fica nítido as alterações quanto ao número de publicações por categoria. A socialização alcançou seu maior número no ano de 2011 tendo uma diminuição de 2012 a 2019, sendo que em 2020 o número volta a se elevar. Já a categoria da contenção mostra-se constante tendo aumentos relativos em alguns anos específicos, 2018 e 2020. E a integração que de 2010 a 2017 apresenta um volume baixo de publicações, volta a crescer consideravelmente de 2018 a 2020, ultrapassando categoria da contenção. Enquanto nas revistas específicas sobre a China o número de publicações de contenção é baixo durante a maioria dos anos, tendo um número pequeno apenas nos anos de 2010, 2013 e 2017. A categoria da socialização se mostra estável tendo algumas baixas e altas em anos específicos, crescendo em 2017 e 2018, porém de 2018 a 2020 houve uma baixa total nas publicações. Já a integração se mantém com publicações em todos os anos analisados, tendo uma alta considerável em 2015 e 2018.

Tendo isto exposto, para se compreender o que levou a alta e baixa das publicações, faz-se necessário observar o contexto político. Nos anos de 2010 a 2012, época em que Hu Jintao estava no poder do governo Chinês, o qual liderava forma de Deng Xiaoping de um desenvolvimento silencioso e pacífico "*sticking to the mantra of stability, gradual change and taking the economy as the key*" (BBC, 2012). Assim, o baixo número de publicações nessa época pode ser expressa devido a tal fator de menor ameaça, todavia em 2012-2013 ano em que ocorreram as eleições chinesas o número de publicações contencionista nas revistas - *International Security, Foreign Affairs e International Affairs* - obteve um aumento elevado, justamente devido a incerteza de como o novo líder lidaria e que ações tomaria tendo em vista o elevado desenvolvimento chinês. Justamente, para os contencionista, tal incerteza é que cria instabilidade e a necessidade de se promover medidas a fim de garantir a segurança. Tanto que de 2012 a 2015, as publicações ainda se mantêm elevadas, à medida em que o novo líder guia a política externa do país.

Xi Jinping, desde 2013 no poder, tem aos olhos dos outros países tomadas atitudes mais assertivas do que a China era acostumada antes de xi assumir o poder, "*we have a new guy in charge who has decided to be more assertive about China's interests and values in the world beyond China's borders. And secondly, a more powerful China capable of giving that effect.*" (apud RUDD; BBC, 2020). Como é analisado desde que xi está no poder o número de publicações acerca da ascensão da China aumentou em ambas categorias de revistas - *International Security, Foreign Affairs e International Affairs e Chinese Journal of international politics, Journal of China and International Relations, China Quarterly of International Strategic Studies*. Além do ano de 2013, outro que deteve maior número de

publicações em ambas revistas foi o ano de 2018, neste período a relação entre China e Estados Unidos se tornou cada vez mais conflituosa sendo iniciada a disputa comercial entre ambos países. Tendo se elevado o número de publicações da categoria integracionista e em certa medida de socialização, a fim de oferecer estratégias para diminuir a tensão e probabilidade de conflito entre os dois países.

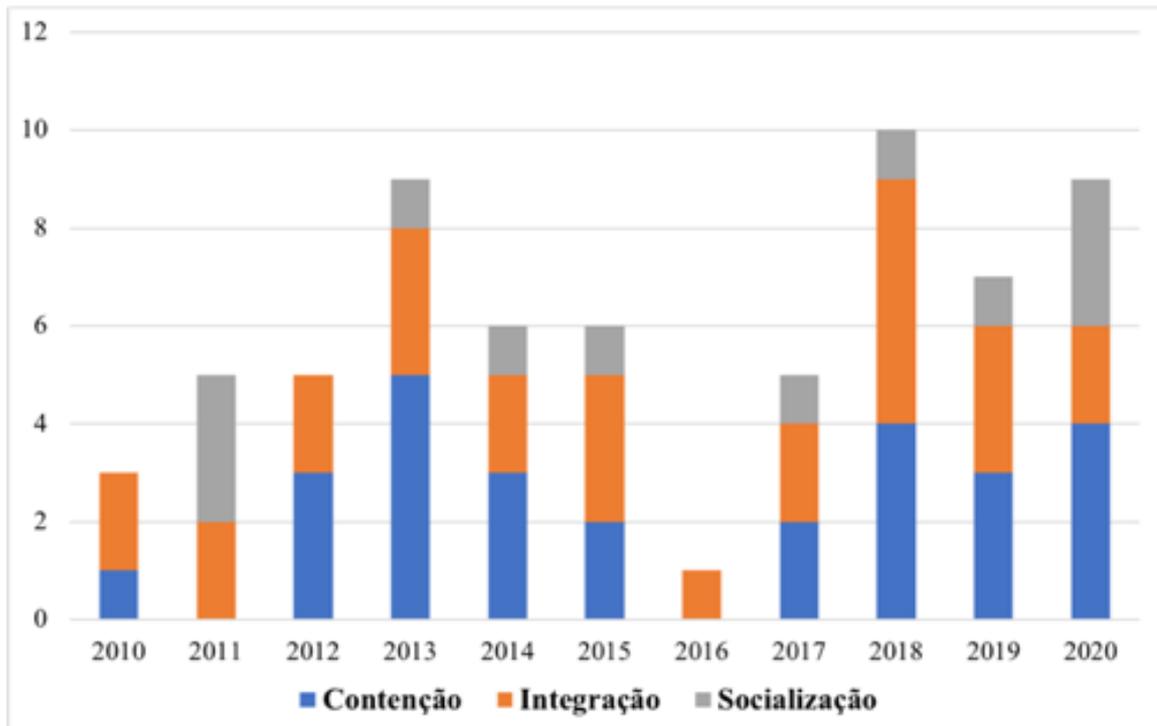
Em 2019 o número de publicações em ambas categorias de revistas tem uma diminuição, voltando a se elevar em 2020, muito provavelmente devido a pandemia de coronavírus, que elevou a tensão relação entre os dois países, justamente as eleições nos Estados Unidos;

The Covid-19 pandemic has caused Sino-American relations to go from bad to worse. As Martin Wolf, chief economics commentator for The Financial Times has noted, 'The pandemic may not itself transform the world, but it can accelerate changes under way', such as those besetting Sino-American relations. (LAYNE, 2020, P. 344)

Como é observado, a pandemia pode causar uma mudança drástica no andamento da política internacional, tendo em vista que as acusações de Donald Trump a China afeta a política de segurança nacional dos Estados Unidos assim como a economia política internacional. Alguns artigos publicados no ano de 2020 já trazem esse debate acerca da pandemia do coronavírus e como pode afetar a relação China-EUA, a exemplo tem-se os artigos: *An answer to aggression* de Aaron L. Friedberg; *China's coming Upheaval* de Minxin Pei; *Preventing the China-US cold war from turning hot* de Christopher Layne.

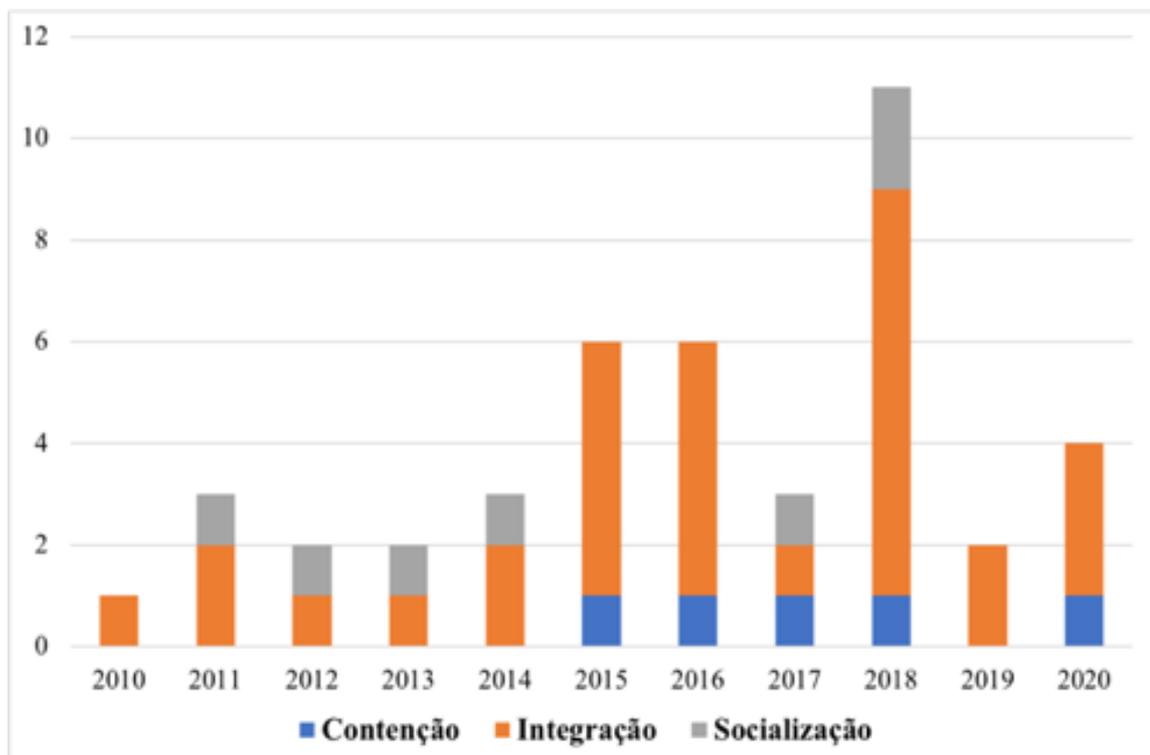
A fim de aprofundar a investigação a respeito das publicações no decorrer dos anos, foi analisado, também, o número de publicações de acordo com a nacionalidade dos autores. Como é visto logo abaixo, nota-se que a oscilações no número varia igualmente, tendo os picos em 2013, no caso dos autores nascidos nos Estados Unidos, e em 2018 em ambos casos (chineses e estadunidenses).

Gráfico 11 - Publicações de acadêmicos estadunidenses por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização)



Fonte: elaborado pela autora, 2020

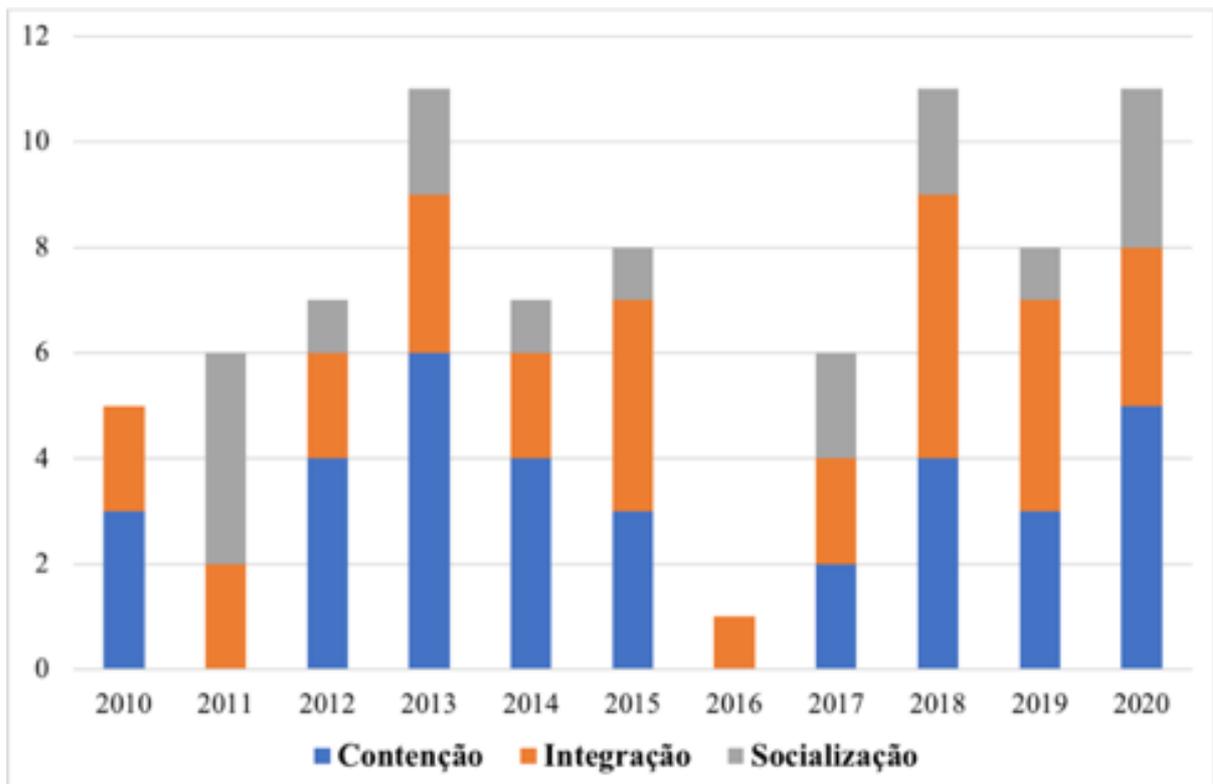
Gráfico 12 - Publicações de acadêmicos chineses por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização)



Fonte: elaborado pela autora, 2020

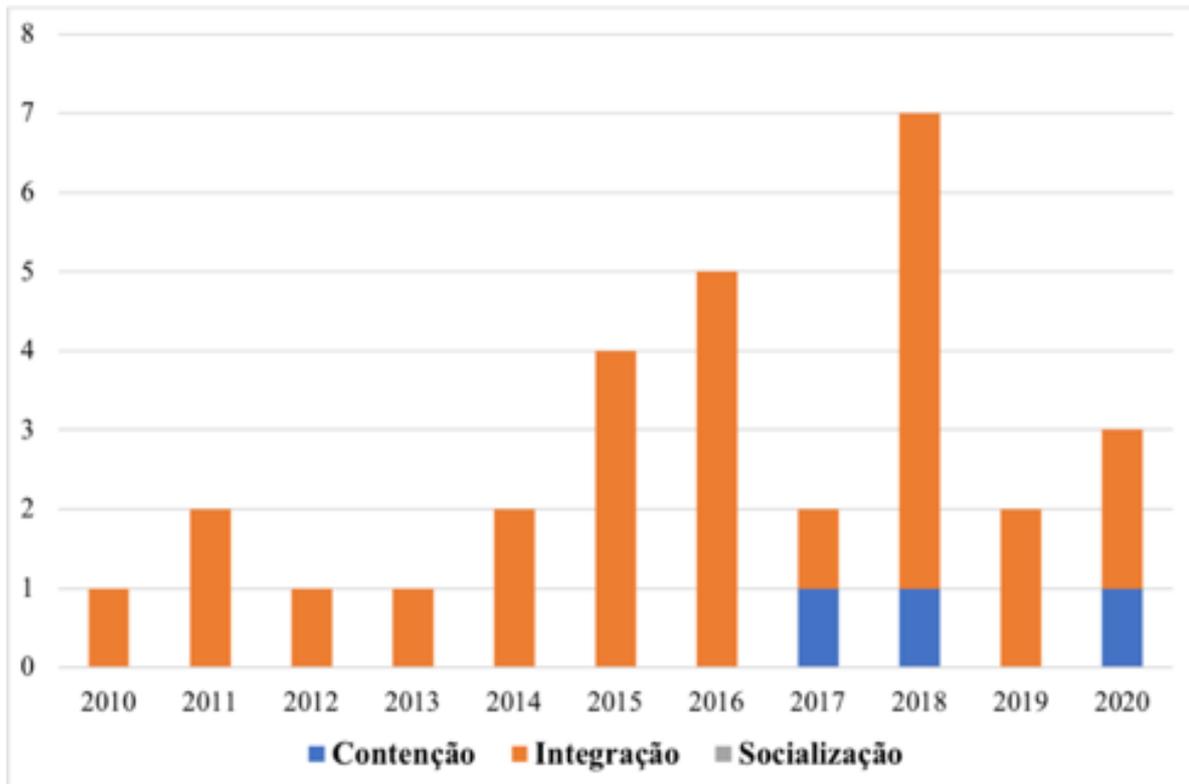
Os dados dos acadêmicos estadunidenses se assemelham aos das revistas *International Security*, *Foreign Affairs* e *International Affairs*, isso pode ser explicado devido a preponderância desses nas revistas mais importantes da área, como é argumento na primeira parte deste trabalho. Da mesma forma que o gráfico que representa os acadêmicos chineses se assemelha aos dados das revistas que falam especificamente a respeito da China. Logo em seguida pode ser observado o número de publicações por ano por nacionalidade acadêmica.

Gráfico 13 - Publicações de autores com nacionalidade acadêmica estadunidenses por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização)



Fonte: elaborado pela autora, 2020

Gráfico 14 - Publicações de autores com nacionalidade acadêmica chinesa por ano e categoria (contencionista, integracionista e de socialização)



Fonte: elaborado pela autora, 2020

O número de publicações por ano dos autores de nacionalidade acadêmica estadunidense é o mais alto em relação a todos os outros, a categoria de contenção se mostra a mais numerosa em todos os anos o que reforça o caráter majoritário pessimista em relação à China. Os números de integração e socialização se mostram constantes ao longo dos anos. Já em relação aos de nacionalidade acadêmica China, as publicações em categoria integracionista se mostram em todos os anos como maioria, tendo picos de aumento nos anos de 2015, 2016 e 2018. A categoria contencionista está presente e constante, apenas nos anos de 2017, 2018 e 2020. De maneira geral, os picos de publicações estão relacionados a momentos específicos da política mundial - 2013, 2018 e 2020 - de implementação de um novo governo, tensão e disputa comercial ou pandemia.

Apesar de quase totalitária, como visualizado acima, a visão integracionista dos acadêmicos chineses, dentre as minorias dos autores chineses que abordam uma visão contencionista está a percepção de que o engajamento e socialização não funcionarão na China de hoje. O problema com a socialização é que pode ser esticado demais em sua busca para descobrir as condições em que as identidades do estado estão sujeitas a mudanças, assim ao

esticar os limites do projeto de pesquisa construtivista de socialização, os estudiosos tendem a ofuscá-las.

Rather, the rosy, lofty forecast implicit in the narrative of socialization/engagement ought to be curtailed to one more pragmatic, realistic, and grounded in a nuanced appraisal of the world order in flux thanks to China's rise.¹⁴⁰ The world simply has no better option than to adjust to the new geopolitical conditions (YANG, 2017, p.94).

A China, hoje em dia, desempenha uma diversidade de papéis na política internacional e governança global. Desta forma, cabe ressaltar que as intenções das grandes potências são inescrutáveis e incertas, uma vez que estas são estruturas sociopolíticas com preferências culturais arraigadas e memórias históricas, as quais exercem enorme influência sobre os entendimentos e percepções dos Estados sobre o sistema internacional e seu futuro dentro dele. Entao, nao seria surpresa que, à medida que a China cresce sua receptiva as regras e normas internacionais acabará e *"Sooner or later China will want to turn the table and sit at its head"* (YANG, 2017, p.93). Uma China muito mais poderosa e confiante é muito menos apta a ser domesticada, não é estranho que agora esteja perseguindo sua agenda com mais vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, a partir das argumentação e dados analisados, que a disciplina das Relações Internacionais expressa particularmente uma visão ocidentalizada, destacando a necessidade de desenvolvimento de uma Teoria das Relações Internacionais voltada para o não-ocidente. Com o progressivo crescimento da China, o país destaca-se como principal para a produção de uma TRI deste tipo de perspectiva teórica. Além disso, como a visão dos acadêmicos estadunidenses é predominantemente contencionista, alimentando uma concepção generalizada da ascensão chinesa como ameaça ao ordenamento internacional, o esforço chinês parece tornar-se necessariamente mais urgente.

Assim, é possível constatar que a nacionalidade e localização geográfica dos autores importa para se entender suas perspectivas acerca das relações internacionais. Como visualizado, os acadêmicos chineses possuem uma visão majoritária distinta da dos acadêmicos estadunidenses, uma vez que a categoria integracionista é quase unânime quando se refere ao entendimento da ascensão da China. Se faz cada vez mais importante compreender a visão chinesa, a fim de enxergar as relações internacionais de forma menos paroquial e simplória, como é trazido pela TRI ocidental.

Pode-se observar, também, que as publicações apresentam um padrão, em que há o aumento considerável no número na medida em que o sistema internacional demonstra instabilidade e tensionamento, seja pela incerteza das eleições de um novo governante ou com o acirramento das relações entre os países.

A prevalência do integracionismo, em meio aos autores chineses, leva a refletir os verdadeiros ideais da China para com o ordenamento internacional. Por este motivo, fala-se a respeito de uma TRI chinesa, a fim de se possuir uma estrutura conceitual por meio da qual seja possível compreender as ações e políticas adotadas pelo governo chinês. Uma vez que, como visto ao decorrer desse trabalho, é nítido que os debates acerca da ascensão chinesa são rotulados por uma perspectiva ocidental limitada, a qual é ineficiente para se entender as peculiaridades culturais, históricas, sociais e ideológicas de diferentes Estados, assim como o chinês.

Todavia, igualmente ao trabalho de Ribeiro (2009), a visão predominante continua sendo a contencionista justamente devido, como colocado por ela, a ausência de pluralidade contundente no campo de produções acadêmicas voltadas ao tema e ao fato de os Estados Unidos da América dominar este meio. Ao englobar uma terceira categoria, a da socialização,

era esperado uma maior distribuição em relação a visão dos acadêmicos. Não obstante, como foi observado, a terceira categoria não alterou, nem possibilitou uma maior dinamicidade em relação a preponderância da perspectiva contencionista e integracionista. Foi, então, analisado que mesmo após 11 anos desde o trabalho da Juliana, não houve mudanças significativas em relação a visão dos acadêmicos que estudam acerca da ascensão chinesa, mas a afirmativa de que os acadêmicos estadunidenses ainda possuem forte predomínio sobre o estudo das relações internacionais.

Visto que em 2009, ano da pesquisa de Ribeiro o Produto Interno Bruto (PIB) da China era de 5,102 trilhões USD enquanto em 2019 passou para 14,343 trilhões USD e as despesa militares passaram de 105,644 bilhões USD (2009) para 261,082 (2019), de acordo com o Banco Mundial. Com o rápido crescimento do poder da China e o aumento em gastos militares, era de se esperar que o país optasse por atitudes mais ousadas, juntamente a uma visão mais aberta e afirmativa dos acadêmicos chineses a respeito da ascensão da China. Como visualizado nos argumentos apresentados neste trabalho, ao assumir o poder Xi Jinping adotou uma postura mais assertiva em comparação aos governos anteriores, o que elevou a desconfiança e identificação do país como uma ameaça ao ordenamento internacional. Não obstante, ainda sim há o discurso de uma China pacífica e harmoniosa, o qual é reforçado pelos acadêmicos de nacionalidade acadêmica e nascimento chinesa em grande maioria inseridos na categoria integracionista.

Ao verificar que, apesar do grande poder econômico e militar, a China mantém uma postura não tão ousada e atrevida como era de se esperar, embora seja um pouco mais assertiva do que antes, e de defesa do desenvolvimento pacífico no meio acadêmico, algumas hipóteses podem ser levantadas a esse respeito: a de que a China tem verdadeiramente intenções integracionistas e de cooperação para melhoria do ordenamento internacional; segundo, a China mantém a estratégia de desenvolvimento parecida com a de Deng Xiaoping, ou seja, esconder suas capacidades e aguardar o tempo em que alcance a paridade ou se torne mais poderosa que os Estados Unidos, para assim mostrar suas verdadeiras intenções; terceiro, a China possui intenções de melhoria do ordenamento internacional ao mesmo tempo em que busca, aos poucos, diminuir o poder dos Estados Unidos e assumir um papel de *hegemon* regional.

Faz-se, então, relevante que a RI detenha um diálogo interdisciplinar, envolvendo distintas perspectivas e teorias para que saia de um paroquialismo e abarque as peculiaridades

de outras culturas, histórias, sociedades. A fim de que as verdadeiras intenções e posicionamentos da China possam ser compreendidos no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-western international relations theory? Ten years on. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 17, n. 3, p. 341-370, 2017.
- _____. **Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia**. Routledge, 2009.
- BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The post-colonial moment in security studies. 2006.
- BLANEY, D.; TICKNER, A. Worlding, ontological politics, and the possibility of a decolonial IR. 2017.
- BROWN, Kerry. Analysis: Hu Jintao's speech. **BBC NEWS**, 2012. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-20248100>>. Acesso em 15 de set. de 2020.
- COSTA, Juliana Ribeiro. *The rise of China and the American hegemony: an international relations contemporary analysis of containment and engagement*. Centro Universitário de Brasília. Advisor: Professor Frederico Seixas Dias. August, 2009.
- DO, Quy-Toan. *Us and them: The geography of academic research*. 11 de fev. De 2014. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/geographical-bias-top-journal-publication>>. Acesso em 9 de jun. de 2020.
- DREZNER, Daniel W.; KREBS, Ronald R.; SCHWELLER, Randall. The End of Grand Strategy: America Must Think Small. **Foreign Aff.**, v. 99, p. 107, 2020.
- EUN, Yong-Soo. Non-Western International Relations Theorisation: Reflexive Stocktaking. **Image**, 2020.
- GOLDSTEIN, Avery. Power transitions, institutions, and China's rise in East Asia: Theoretical expectations and evidence. **Journal of Strategic Studies**, v. 30, n. 4-5, p. 639-682, 2007.
- GRABOWSKI, Marcin. 4. International Relations Theory Development in Asia. 2019.
- HO, Benjamin Tze Ern. Chinese Thinking about International Relations. 2029. Disponível em: <<https://www.nbr.org/publication/chinese-thinking-about-international-relations-from-theory-to-practice/>>. Acesso em 1 de jun. de 2020.
- IKENBERRY, G. John. Why the liberal world order will survive. **Ethics & International Affairs**, v. 32, n. 1, p. 17, 2018.
- INOUE, Cristina; TICKNER, Arlene Beth. Many Worlds, Many Theories?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v.59, n.2, e001, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292016000200101&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 de jun. de 2020.

JISI, Wang. China's search for a grand strategy: A rising great power finds its way. **Foreign Affairs**, p. 68-79, 2011.

KENNEDY, Andrew B.; LIM, Darren J. The innovation imperative: technology and US–China rivalry in the twenty-first century. **International Affairs**, v. 94, n. 3, p. 553-572, 2018.

KIM, Woosang; GATES, Scott. Power transition theory and the rise of China. **International Area Studies Review**, v. 18, n. 3, p. 219-226, 2015.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012.

LAI, David. The United States and China in power transition. **Strategic Studies Institute, US Army War College**, 2011.

LAYNE, Christopher. Preventing the China-US Cold War from Turning Hot. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 13, n. 3, p. 343-385, 2020.

MEARSHEIMER, John J. Can China rise peacefully?. **The National Interest**, v. 25, n. 1, p. 1-40, 2014.

_____ et al. **The tragedy of great power politics**. WW Norton & Company, 2001.

MGONJA, Boniface ES; MAKOMBE, Iddi AM. Debating international relations and its relevance to the third world. **African Journal of Political Science and International Relations**, v. 3, n. 1, p. 027-037, 2009.

MORKY, Saine. 4 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.merics.org/sites/default/files/2018-10/181008_MERICS_ChinaMonitor_Foreign_Policy.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

MULLERI, Harald; RAUCH, Carsten. Managing Power Transitions: Towards a 21st Century Concert of Powers. **International Security Studies**, 2016

ORZECZOWSKA, Ida. Power and Progress. International politics in transition, Jack L. Snyder. **Croatian International Relations Review**, v. 18, n. 66, p. 116-119, 2012

PASSARINHO, Nathalia. Guerra comercial EUA x China: como disputa pode atingir em cheio o Brasil. **BBC NEWS**, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48354991>>. Acesso em 17 de set. de 2020.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 313-340, 2007.

RAUCH, Carsten; WURM, Iris. Making the world safe for power transition-Towards a conceptual combination of power transition theory and hegemony theory. **Journal of Global Faultlines**, v. 1, n. 1, p. 50-69, 2013.

SANTOS, BOAVENTURA. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. 2009.

SETH, Sanjay. Postcolonial theory and the critique of international relations. **Millennium**, v. 40, n. 1, p. 167-183, 2011.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Disponível em: <<https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3320>>. Acesso em 9 de jun. de 2020.

SMITH, Steve. The United States and the discipline of international relations: “hegemonic country, hegemonic discipline”. **International Studies Review**, v. 4, n. 2, p. 67-85, 2002.

SNYDER, Jack. Realist-Liberal Divide? Power & Progress in a World in Transition, 21 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2012/05/21/realist-liberal-divide-power-progress-in-a-world-in-transition/>>. Acesso em 3 de jul. de 2020.

_____. One World, Rival Theories, 2004. Disponível em: <<407ccd33cc2c2ba23bccedcad6c335778557.pdf>>. Acesso em 3. de jul. de 2020.

TAMMEN, Ronald L.; KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas. Foundations of Power Transition Theory. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2017.

THE EDITORS. Kevin Rudd on ‘an Infinitely More Assertive China’ Under Xi Jinping, 2020. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/trend-lines/29049/kevin-rudd-on-xi-china-and-u-s-global-leadership>>. Acesso em 16 de set. de 2020.

THE WORLD BANK. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=CN&view=chart>>.

Acesso em 17 de set de 2020.

TIERNEY, Michael. *The IR of the beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey*. 2016. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/303028982_The_IR_of_the_beholder_Examining_global_IR_using_the_2014_TRIP_survey>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

TRIP. 2017 Faculty Survey. 2017. Disponível em: <<https://trip.wm.edu/data/our-surveys/faculty-survey>>. Acesso em 3. de jul. de 2020.

WÆVER, Ole. The sociology of a not so international discipline: American and European developments in international relations. **International organization**, p. 687-727, 1998.

WEMHEUER-VOGELAAR, Wiebke et al. The IR of the beholder: Examining global IR using the 2014 TRIP survey. **International Studies Review**, v. 18, n. 1, p. 16-32, 2016.

WENDT, Alexander; ESTRADA, Rodrigo Duque. A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, p. 420-473, 2013.

YANG, Xiangfeng. The anachronism of a China socialized: Why engagement is not all it's cracked up to be. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 10, n. 1, p. 67-94, 2017.

APÊNDICE

ACADÊMICOS

Autores	Nacionalidade de nascimento	Nacionalidade acadêmica	Categoria	Anos de publicação
MICHEL BECKLEY	EUA	EUA	Integração	2011, 2012, 2015, 2017, 2018, 2019
STEPHEN G. BROOKS	EUA	EUA	Integração	2013
G JOHN IKENBERRY	EUA	EUA	Integração	2011, 2013, 2014, 2018, 2020
ADAM P. LIFF	EUA	EUA	Integração	2014
JOSEPH S. NYE	EUA	EUA	Integração	2010, 2012, 2017, 2018, 2019
WILLIAM C. WOHLFORTH	EUA	EUA	Integração	2013, 2016, 2019
DAVID SHAMBAUGH	EUA	EUA	Integração	2015, 2018,
DEBORAH WELCH LARSON	EUA	EUA	Integração	2015, 2010, 2018, 2020
FAREED ZAKARIA	ÍNDIA	EUA	Integração	2019, 2020
MINXIN PEI	CHINA	EUA	Integração	2020
GRAHAM ALLISON	EUA	EUA	Contenção	2017, 2018, 2020
EVAN BRADEN MONTGOMERY	EUA	EUA	Contenção	2014, 2017
CAMPBELL CRAIG	EUA	EUA	Contenção	2013
AVERY GOLDSTEIN	EUA	EUA	Contenção	2013, 2020
JOHN J. MEARSHEIMER	EUA	EUA	Contenção	2010, 2014, 2019, 2020
BENJAMIN H. FRIEDMAN	EUA	EUA	Contenção	2013
BRENDAN RITTENHOUSE GREEN	EUA	EUA	Contenção	2013, 2019
JUSTIN LOGAN	EUA	EUA	Contenção	2013
AARON L. FRIEDBERG	EUA	EUA	Contenção	2012, 2020
ELIZABETH ECONOMY	EUA	EUA	Contenção	2010, 2014, 2018

THOMAS L. CHRISTENSEN	EUA	EUA	Contenção	2015
CHRISTOPHER LAYNE	EUA	EUA	Contenção	2018
TRAVIS SHARP	EUA	EUA	Contenção	2012, 2018
ANDREW J. NATHAN	EUA	EUA	Contenção	2012, 2019
MICHAEL D. SWAINE	EUA	EUA	Contenção	2015
TAKASHI INOBUCHI	JAPÃO	EUA	Contenção	2010, 2014
JOSHUA R. ITZKOWITZ SHIFRINSON	—	EUA	Contenção	2012, 2020
WANG YUAN-KANG	—	EUA	Contenção	2013
BRIAN C. SCHMIDT	—	EUA	Contenção	2015
RANDALL L. SCWELLER	EUA	EUA	Socialização	2011, 2020
DANIEL W. DREZNER	EUA	EUA	Socialização	2011, 2019, 2020
RONALD R. KREBS	EUA	EUA	Socialização	2020
CAMERON G. THIES	EUA	EUA	Socialização	2015
DAVID A. LAKE	EUA	EUA	Socialização	2011, 2013, 2017, 2018
XIAOYU PU	CHINA	EUA	Socialização	2011, 2012, 2013, 2017, 2018
XIASHUO HOU	CHINA	EUA	Socialização	2014
PENG BO	CHINA	DINAMARCA	Socialização	2018
QI HAO	CHINA	EUA	Integração	2015
WANG JISI	CHINA	CHINA	Integração	2011, 2018
WU XINBO	CHINA	CHINA	Integração	2016, 2018
CHENGLI WANG	CHINA	CHINA	Integração	2018
SHENGJUN ZHANG	CHINA	CHINA	Integração	2015, 2018
XIAOMING ZHANG	CHINA	CHINA	Integração	2018
ZHANG SHUAI	CHINA	CHINA	Integração	2016
WANG HUI	CHINA	CHINA	Integração	2016
CONG PEIYING	CHINA	CHINA	Integração	2015
HONGYU LIN	CHINA	CHINA	Integração	2014
YAN XUETONG	CHINA	CHINA	Integração	2010, 2011, 2012, 2014, 2016, 2018, 2019, 2020

PAN ZHONGYING	CHINA	CHINA	Integração	2013
MAO RUIPENG	CHINA	CHINA	Integração	2020
KEJIN ZHAO	CHINA	CHINA	Integração	2019
DONG WANG	CHINA	CHINA	Integração	2015
WEIGUANG WANG	CHINA	CHINA	Integração	2015
HAI XIA QI	CHINA	CHINA	Integração	2017
WU CHUNSI	CHINA	CHINA	Integração	2016
JINGHAN ZENG	CHINA	UK	Contenção	2015, 2016
XING LI	CHINA	DINAMARCA	Integração	2018
CHENGXIN PAN	CHINA	AUSTRÁLIA	Integração	2018
XIANGFENG YANG	CHINA	CHINA	Contenção	2017, 2018, 2020